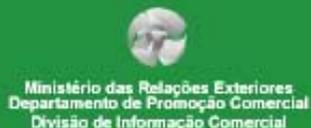




Como Exportar Portugal

entre





| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 2 |
| MAPA | 4 |
| DADOS BÁSICOS | 5 |
| I – ASPECTOS GERAIS | 6 |
| 1. Geografia..... | 6 |
| 2. População, centros urbanos e nível de vida..... | 6 |
| 3. Transportes e comunicações..... | 9 |
| 4. Organização política e administrativa..... | 10 |
| 5. Organizações e acordos internacionais..... | 11 |
| II - ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS | 12 |
| 1. Evolução econômica recente..... | 12 |
| 2. Principais setores de atividade..... | 14 |
| 3. Moeda e finanças..... | 20 |
| 4. Sistema bancário..... | 22 |
| III - COMÉRCIO EXTERIOR | 23 |
| 1. Evolução recente | 23 |
| 2. Direção do comércio exterior..... | 23 |
| IV - RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BRASIL-PORTUGAL | 25 |
| 1. Intercâmbio comercial bilateral..... | 25 |
| 2. Composição do intercâmbio comercial bilateral | 25 |
| 3. Principais acordos econômicos com o Brasil | 27 |
| V - ACESSO AO MERCADO | 28 |
| 1. Regulamentação específica..... | 28 |
| 2. Regime cambial | 29 |
| 3. Documentação e formalidades..... | 29 |
| 4. Regimes especiais..... | 30 |

| | |
|--|----|
| VI - ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO | 33 |
| 1. Canais de distribuição..... | 33 |
| 2. Promoção de vendas | 35 |
| 3. Práticas comerciais | 36 |
| VII - RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS | 39 |
| 1. Aproveitamento das facilidades decorrentes de regimes especiais..... | 39 |
| 2. Informações atualizadas sobre tarifas e regulamentação de importação..... | 39 |
| 3. Remessa de amostras e de material publicitário | 39 |
| 4. Embarques, documentação e formalidades no Brasil | 39 |
| 5. Canais de distribuição..... | 39 |
| 6. Promoção de produtos..... | 40 |
| 7. Prospecção de mercado e identificação de importadores | 40 |
| 8. Práticas comerciais | 40 |
| 9. Designação de agentes e instalação de escritórios locais de empresas brasileiras..... | 40 |
| 10. Práticas usuais em relação a reclamações, litígios e arbitragem comercial | 41 |
| 11. Viagens a negócios..... | 41 |
| 12. Assistência profissional | 41 |
| ANEXOS | 42 |
| I - ENDEREÇOS | 42 |
| II - FRETES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL..... | 55 |
| III - INFORMAÇÕES SOBRE SGP..... | 56 |
| IV- INFORMAÇÕES PRÁTICAS..... | 57 |
| BIBLIOGRAFIA | 60 |



INTRODUÇÃO

Situado na Península Ibérica, Portugal faz fronteira com a Espanha e com o Oceano Atlântico. Sua superfície é equivalente à do Estado de Santa Catarina e conta com cerca de dez milhões de habitantes. A economia do país, nos últimos vinte anos, tem sido em grande parte beneficiada pela condição de membro da União Européia, pela adoção da moeda comum em 1999 e sua introdução física em 2001.

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa caracterizou-se no ano de 2005 por um crescimento reduzido do PIB (0,3%), valor que, considerado conjuntamente com o fraco desempenho em 2004, conforma ausência de recuperação face à recessão de 2003. Com efeito, nos anos mais recentes a economia tem crescido abaixo da média da União Européia, o que não tem permitido a aproximação aos níveis médios de renda europeus, questão com ampla visibilidade na opinião pública. Segundo as estimativas mais recentes para 2006, seu PIB per capita (em termos de paridade de poder de compra) encontra-se em US\$ 18.492, ao passo que a média da União Européia é de US\$ 28.477.

O setor de serviços, em que se destaca o turismo, concentra a maior parte do PIB português, com 67% do total, seguido pelo setor industrial, com um pouco menos de 30%, no qual pontuam as indústrias automotiva, têxtil, de vestuário e de calçados. Alguns economistas apontam à economia portuguesa um padrão de especialização frágil e desequilibrado, nitidamente distinto da União Européia, muito especializado num reduzido número de setores e apoiado em vantagens competitivas associadas à existência de recursos naturais (sobretudo no setor florestal) e a custos de mão-de-obra ainda relativamente baixos (sobretudo no setor têxtil). De resto, a população portuguesa mostra um baixo grau de qualificação, quando comparada com a média da União Européia, à qual atribuída a baixa produtividade do país em comparação com os seus parceiros comunitários.

Portugal é uma pequena economia aberta fortemente apoiada no setor exportador. Seu principal parceiro comercial é a União Européia, que responde por cerca de 75% do comércio exterior. Dentre seus principais parceiros comerciais encontram-se, por ordem decrescente de importância, a Espanha, a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália e os EUA. Suas principais importações são de automóveis, combustíveis, máquinas e químicos, enquanto que os principais produtos exportados são automóveis, máquinas, vestuário, calçados, produtos plásticos e cortiça. A balança comercial portuguesa é persistentemente deficitária.

Não obstante peso muito reduzido de Portugal no comércio externo brasileiro, sem dúvida em razão da pequena dimensão da economia portuguesa, a corrente de comércio com Portugal mais que duplicou entre 2000 (549 milhões de dólares) e 2005 (1,2 bilhão, o que constitui valor histórico nunca antes alcançado), o que se deveu sobretudo às exportações brasileiras (multiplicaram-se quase três vezes), mas também ao aumento das importações portuguesas (aumentaram 36%).

Portugal tem levado a efeito um amplo processo de reestruturação industrial e dos serviços, além da desregulamentação dos mercados e do programa de privatizações, modificações cujos resultados serão mais palpáveis a médio e longo prazo. Portugal passa atualmente por uma profunda reforma estrutural, que objetiva instalar o país em patamar competitivo semelhante ao de seus pares europeus. O Governo, empossado em março de 2005, planeja maciços investimentos em infra-estrutura, destacando-se pelo volume empenhado o novo aeroporto internacional, localizado na cidade de Ota, e a construção de uma linha de trem de alta velocidade para Madri, na Espanha. As autoridades pretendem ainda realizar mudanças de fundo no sistema judiciário, na segurança social e na educação, medidas impopulares porque afetam privilégios de grupos bem organizados, tendo já levado a efeito o "Plano Tecnológico", que visa a modernização da qualificação tecnológica do país, bem como um conjunto de atos de simplificação administrativa e o início



da transformação administração pública, com a proposta de um “Regime de Mobilidade”, que almeja aproveitar melhor os recursos humanos.



MAPA





DADOS BÁSICOS

Superfície: 92.389 km²

População: 10,5 milhões de habitantes (2004)

Densidade demográfica: 113 hab/ km² (2004)

População economicamente ativa: 5,5 milhões (2004)

Principais cidades: Lisboa (capital), Porto, Braga, Coimbra, Setúbal, Guimarães, Aveiro e Faro.

Moeda: Euro

Produto Interno Bruto – 135 bilhões de euros (2004)

Origem do PIB (2005):

| | |
|------------------------------------|-------|
| Agricultura, silvicultura e pesca: | 5,3% |
| Indústria, gás: | 27,4% |
| Serviços: | 67,3% |

Crescimento real do PIB:

1,8 % (2004)

1,4 % (2005)

PIB per capita: US\$ 18.492 (2006, em PPP, estimativa)

Salário mínimo nacional (2006): € 385,90

Comércio exterior (2005):

Exportações (FOB): US\$ 30,6 bilhões

Importações (CIF): US\$ 49,1 bilhões

Intercâmbio comercial Brasil-Portugal (2005):

Exportações brasileiras (FOB): US\$ 1.014,6 milhões

Importações brasileiras (CIF): US\$ 230,2 milhões



I – ASPECTOS GERAIS

1. Geografia

Localização e superfície

Portugal está localizado no extremo sudoeste da Europa, entre os paralelos 37º e 42º de latitude e os meridianos 6º e 9,5º a oeste de Greenwich, limitando-se a leste e ao norte com a Espanha, a oeste e ao sul com o Oceano Atlântico. Sua superfície total é de 92.389 km². A capital portuguesa é Lisboa, em cuja área metropolitana se concentra cerca de um quarto da população total do país.

Distâncias a partir de Lisboa (em km)

| | | | | | |
|-------|---------|---------|---------|-------|------|
| Porto | Leixões | Coimbra | Setúbal | Sines | Faro |
| 317 | 325 | 202 | 47 | 155 | 296 |

Regiões geográficas e clima

Em Portugal Continental, o Rio Tejo divide o país em três regiões bem definidas: o interior norte e central, montanhoso, onde se localiza a Serra da Estrela (ponto mais alto a 1.991 m); o litoral norte, mais plano; e o sul, composto de planícies e elevações suaves. Variações regionais e sazonais, dentro da faixa de temperatura, caracterizam o clima: no litoral norte, tipicamente oceânico, com verões amenos, invernos chuvosos; no interior norte e centro, verões quentes, invernos chuvosos e eventuais precipitações de neve; no sul, tradicionalmente seco, do tipo mediterrâneo. Num dia típico de inverno, a temperatura máxima em Lisboa e no Porto é de 13°C, enquanto a mínima é de 4°C no Porto e 8°C em Lisboa. Em agosto, um dos meses mais quentes, as temperaturas diárias situam-se entre 18°C e 27°C. As precipitações mensais em Lisboa variam entre 100 mm em janeiro, março e dezembro e valores próximos de zero em julho e agosto.

2. População, centros urbanos e nível de vida

População

A população de Portugal é de 10,5 milhões de habitantes, sendo a feminina ligeiramente superior à masculina. A densidade demográfica é de 113,3 habitantes/km². A densidade populacional apresenta uma grande assimetria: ao lado de regiões com uma elevada densidade populacional, como a Região Autónoma da Madeira e como as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte, que ultrapassam a média nacional, há outras com densidade muito baixa, como é o caso das regiões do Alentejo e Algarve. A taxa de natalidade portuguesa é semelhante à média dos países da União Europeia e dos países com elevada renda per capita, que apresentam os valores mais baixos do planeta. Prevê-se que a população do país permanecerá praticamente estagnada ao longo do século XXI, em razão do pequeno aumento nas taxas de fertilidade, combinado com o aumento da expectativa de vida para aproximadamente 75 anos.

As previsões apontam inclusive para um crescimento negativo nos primeiros quinze anos deste século, comportamento análogo ao do grupo de países da UE. Fenômeno recente num país tradicionalmente de emigração, é a presença cada vez maior de residentes estrangeiros, cujas principais origens são o Brasil, a Ucrânia e alguns países africanos de expressão portuguesa.

Indicadores demográficos, em milhões de habitantes

| | População | Part. % |
|----------------------------|-----------|---------|
| Homens | 5 | 48,28 |
| Mulheres | 5,35 | 51,72 |
| População até 14 anos | 1,64 | 15,8 |
| População acima de 65 anos | 1,76 | 17 |
| População ativa | 5,12 | 49,4 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).



Pirâmide etária

| Faixa etária | Homens | Mulheres | Part. % |
|-----------------|-----------|-----------|---------|
| 0-14 anos | 915.604 | 839.004 | 16,5 |
| 15-64 anos | 3.484.545 | 3.544.674 | 66,3 |
| Mais de 65 anos | 751.899 | 1.070.144 | 17,2 |

Fonte: CIA (2006 estimativa)

Indicadores de população

Tabela comparativa com países selecionados

| | Natalidade (por 1000 hab) | Mortalidade (por 1000 hab) | Taxa crescimento natural (%) | População 2005 (milhões) | Projeção 2025 (milhões) |
|----------------|------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Brasil | 21 | 7 | 1.4 | 184,2 | 228,9 |
| França | 13 | 8 | 0.4 | 60,7 | 63,4 |
| Alemanha | 9 | 10 | -0.1 | 82,5 | 82,0 |
| Portugal | 11 | 10 | 0.0 | 10,6 | 10,4 |
| Espanha | 11 | 9 | 0.1 | 43,5 | 46,2 |
| Reino Unido | 12 | 10 | 0.2 | 60,1 | 64,7 |
| Estados Unidos | 14 | 8 | 0.6 | 296,5 | 349,4 |

Fonte: 2005 World Population Data Sheet – Population Reference Bureau.
www.prb.org

População por região (censo 2001, em milhões)

| | |
|-----------------------|-------|
| Norte | 3,434 |
| Centro | 1,709 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 3,310 |
| Alentejo | 0,540 |
| Algarve | 0,367 |
| Açores | 0,240 |
| Madeira | 0,263 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).



Grupos étnicos e religião

A população é constituída basicamente pelo tipo mediterrâneo, tanto no continente quanto nos arquipélagos dos Açores e Madeira. No início de 2002, havia cerca de 400.000 residentes estrangeiros em Portugal (cerca de 4% da população total). Nesse ano, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do conjunto dos imigrantes legalizados (autorizações de permanência + autorizações de residência) 74.542 provinham da UE, 66.907 do Brasil, 66.227 da Ucrânia, 64.164 de Cabo Verde, 35.264 de Angola, 25.148 da Guiné-Bissau, 13.689 da Moldávia, 12.155 da Romênia e 9.518 da China. A religião predominante é o cristianismo (97%), existindo, ainda, minorias protestantes, judaicas, islâmicas e hindus.

Percentual de estrangeiros no total da população residente

| Ano | Percentual |
|------|------------|
| 1992 | 1,3% |
| 1995 | 1,7% |
| 1998 | 1,8% |
| 2001 | 3,4% |
| 2002 | 4,0% |

Fonte: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Nível de vida

Entre 2002 e 2003, a Região Autónoma da Madeira, o Algarve, o Alentejo, Lisboa e a Região Autónoma dos Açores reforçaram a sua importância relativa em termos do contributivo para o PIB devido a terem registrado crescimentos nominais superiores à média nacional. Pelo contrário, com menores crescimentos em valor, as regiões do Centro e do Norte registraram diminuições de peso no PIB.

Em 2003, apenas Lisboa, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira apresentavam um PIB per capita superior à média nacional e ultrapassavam o limiar de 75% do PIB por habitante

em paridades de poder de compra em relação à média da União Europeia alargada (UE 25). Relativamente à média do PIB per capita da UE 15, esse valor foi atingido por Lisboa e Região Autónoma da Madeira, mas não pelo Algarve (índice 73).

Continuou a verificar-se, em 2004, um aumento da proporção de agregados que possuem computador, situando-se o valor em 41,3%. A proporção de famílias com ligação à Internet, a partir de casa, continua, também, a aumentar, situando-se nos 26,2%. Em 2004 existiam 334 médicos por cada 100.000 habitantes.

Educação

A população portuguesa mostra um baixo grau de qualificação, quando comparada com a média da União Europeia. 80% por cento dessa população tem como qualificação máxima o ensino básico, o que compara com 46% da média da UE. No tocante ao ensino superior, a desproporção pode ser considerada de menor dimensão (10% das pessoas em Portugal possui qualificação superior, enquanto que a média dos 14 países comunitários, antes do alargamento a leste, é de 18%).

Alunos matriculados, segundo a natureza do estabelecimento - Distribuição percentual, por nível e modalidade de ensino

| | |
|----------------------|-------|
| Educação pré-escolar | 14,6% |
| Ensino básico | 64,0% |
| Ensino secundário | 20,8% |

População dos 25 aos 64 anos, segundo o nível de ensino



| Nível de ensino | (em milhares) | % |
|--|---------------|-------|
| 6 anos de escolaridade ou menos | 3.580,8 | 64,5 |
| Ensino básico (9 anos de escolaridade) | 719,9 | 13,0 |
| Ensino secundário | 652,7 | 11,7 |
| Ensino superior | 600,2 | 10,8 |
| Total | 5.553,6 | 100,0 |

Fonte: Inquérito ao Emprego, 2003

3. Transportes e comunicações

Transportes

Portugal está atualmente dotado de uma rede de transportes de boa qualidade, resultado do investimento maciço aplicado após a adesão à União Europeia, para o qual contribuíram fundos comunitários. Nos próximos anos os principais projetos são o novo aeroporto de Lisboa e a rede ferroviária de alta velocidade, ligando Porto, Lisboa e Madri.

Há esforços voltados para completar a rede rodoviária fundamental, verificando-se uma intensificação na dotação orçamentária para infra-estrutura. A extensão total das rodovias na porção continental de Portugal totaliza cerca de 68.732 km, com 1.441 km de auto-estradas (2004). A continuada melhoria da malha rodoviária constitui prioridade para o Governo português, que pretende investir fortemente nela. Segundo a Associação do Comércio Automóvel, no final de 2005 havia no país 5.370.000 veículos ligeiros, 138.000 veículos pesados para transporte de mercadorias e 15.270 veículos pesados para transporte de passageiros.

Transporte ferroviário

Em 2006, Portugal contava com 2.602 km de ferrovias de via larga e 188 km de via estreita. Nas estradas de ferro portuguesas foram transportados, em 2004, 133 milhões de passageiros e 9,5 milhões de toneladas de carga (2004). Nos próximos 10 anos estão previstos investimentos da ordem dos US\$

7 bilhões, além dos investimentos associados à construção de linhas de alta velocidade entre Lisboa, Porto e Madrid.

A densidade da malha ferroviária em Portugal é consideravelmente inferior à do resto da Europa. Apesar da desativação de algumas das linhas existentes e com a perda de importância do transporte ferroviário de passageiros, tem-se verificado uma evolução qualitativa considerável na eletrificação das linhas exploradas. Em Portugal, o transporte de passageiros por ferrovia não é tão relevante como em outros países da União Europeia e tem perdido importância, mas espera-se que essa tendência se inverta com a chegada da alta velocidade.

Transporte fluvial

Há 643 km de rios navegáveis no país. Os principais rios são:

- o Tejo, com intenso transporte entre as duas margens, ligando Lisboa a Cacilhas, Barreiro, Trafaria, Seixal, Montijo e Porto Brandão;
- o Douro, com ligação da cidade do Porto a Gaia;
- o Sado, que liga Setúbal a Tróia (zona turística de grande destaque) e
- o Guadiana, que permite a ligação fluvial até a fronteira espanhola.

Transporte marítimo

O movimento internacional de mercadorias é feito sobretudo por via marítima. O Porto de Lisboa, o maior de Portugal, é de grande importância internacional em razão de sua localização e do trânsito de reexportação. Outros portos importantes são o de Leixões, situado junto à cidade do Porto, e o de Sines.

Movimento portuário - toneladas movimentadas por porto



| Porto | toneladas movimentadas por porto |
|--------------------------------------|----------------------------------|
| Leixões e Douro | 13.330.903 |
| Lisboa | 11.302.565 |
| Sines | 24.929.311 |
| Total carga e descarga (2005) | 61.280.405 |

Fonte: Instituto Marítimo-Portuário.

Transporte aéreo

O panorama da aviação civil em Portugal conheceu, em 1998, uma alteração resultante da cisão da antiga empresa pública Aeroportos e Navegação Aérea (ANA), em duas empresas distintas. Nasceu assim a ANA-Aeroportos de Portugal S.A., continuando a atividade de sua antecessora quanto ao serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil. O serviço público de apoio à navegação aérea civil foi entregue à Navegação Aérea de Portugal (NAV), empresa pública.

A ANA tem a seu cargo a gestão, exploração e desenvolvimento dos aeroportos de Lisboa (Portela), Porto (Francisco Sá Carneiro), Faro, Ponta Delgada (João Paulo II), Santa Maria, Horta e Flores, o que representou em 2004, um universo de 19 milhões de passageiros. Em 2005, passaram pelos aeroportos da ANA 20,2 milhões passageiros e 128 mil toneladas de carga, segundo a própria ANA. A TAP Air Portugal realiza vôos diários e diretos entre Lisboa e Porto e aeroportos brasileiros.

Comunicações

A rede telefônica portuguesa e o sistema DDI abrangem todo o país e a Rede Digital com Integração de Serviços (RDIS) estende-se aos principais distritos portugueses. Em 2002, existiam cerca de 4,2 milhões de telefones e 1.443 telex instalados em Portugal. Enquanto a utilização do telex vem diminuindo ao longo dos últimos anos, o tráfego telefônico da rede fixa registrou um aumento notável, com a utilização em massa do fax e o surgimento de numerosos serviços correlatos (Internet ou serviços de valor agregado, entre outros). Desde 1994, com a liberalização das telecomunicações móveis, o número de usuários

de telefonia celular tem crescido consideravelmente. Em 1999, o número de telefones celulares superou o número de telefones fixos, tendo o país uma das mais altas taxas de penetração de telefones celulares na Europa. Por outro lado, o mercado de telefones fixos encontra-se liberalizado desde o início do ano 2000, com a entrada de cerca de uma dezena de novos operadores, que quebraram o monopólio da Portugal Telecom, o antigo operador público.

Serviço fixo de telefone - total de acessos telefônicos principais: 4,07 milhões (2006)

Serviço móvel terrestre (2006):

Número de assinantes - 11,9 milhões

Taxa de penetração: cerca de 112%

Taxa de penetração na UE (ano 2004, 15 países, antes do alargamento a leste): 90,6%

4. Organização política e administrativa

Organização política

Oficialmente denominado República Portuguesa, o país constitui um Estado unitário, com forma de governo parlamentarista, mas o Presidente possui algumas reservas de competência. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente, eleito para um mandato de cinco anos. O Presidente tem prerrogativa para indicar o Primeiro Ministro, cujo programa de governo deve ser aprovado pela Assembléia da República.

Os principais órgãos ministeriais em Portugal são:

- Ministério da Administração Interna (MAI)
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC)
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS)



- Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP)
- Ministério da Saúde (MS)
- Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Ministério da Educação (ME)
- Ministério da Justiça (MJ)
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR)
- Ministério da Cultura (MC)
- Ministério da Economia e da Inovação (MEI)
- Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP)

Organização administrativa

Portugal é uma República unitária, constituída por 18 distritos e duas regiões autónomas. Os distritos do território continental são: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. As regiões autónomas compreendem o Arquipélago de Açores e a Ilha da Madeira, que têm localização estratégica: as primeiras a 1.500 km a oeste de Portugal, e a segunda, a oeste da costa marroquina. Cada uma dessas regiões é governada por um governo regional, eleito pela população local.

5. Organizações e acordos internacionais

Portugal integra os seguintes acordos e organizações internacionais, entre outros:

- ONU - Organização das Nações Unidas;
- OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte;
- UEO - União da Europa Ocidental;

- OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa;
- Conselho da Europa;
- OEA - Organização dos Estados Americanos (como observador);
- CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- UE - União Européia;
- OMC - Organização Mundial do Comércio;
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;
- FMI - Fundo Monetário Internacional;
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura;
- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;
- BID - Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (membro extra-regional).



II - ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS

1. Evolução econômica recente

Nos últimos vinte anos, a evolução da economia portuguesa tem sido determinada pela integração europeia, processo que muito contribuiu para a consolidação da economia de mercado. O ingresso de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, marcou o início de um ciclo de crescimento, acompanhado de melhoria generalizada nos principais indicadores económicos. Nos anos imediatamente posteriores à adesão, o país experimentou um dos crescimentos económicos mais elevados entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), reduzindo o hiato entre a renda média portuguesa e a renda média dos países da União Europeia. Desde então, o crescimento português tem sido geralmente inferior ao da média da União, o que gerou amplo debate na opinião pública.

No entanto, o avanço da economia portuguesa não se traduz apenas naquele indicador. Portugal tem levado a efeito um amplo processo de reestruturação industrial e dos serviços, além da desregulamentação dos mercados e do programa de privatizações, modificações cujos resultados serão mais palpáveis a médio e longo prazo.

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa caracterizou-se no ano de 2005 por um crescimento reduzido do PIB (0,3%), valor que, considerado conjuntamente com o fraco desempenho em 2004, conforma ausência de recuperação face à recessão de 2003. Com efeito, nos anos mais recentes a economia tem crescido abaixo da média da União Europeia, o que não tem permitido a aproximação aos níveis médios de renda europeus, questão com ampla visibilidade na opinião pública. Segundo as estimativas mais recentes para 2006, seu PIB per capita (em termos de paridade de poder de compra) encontra-se em 2006 nos US\$ 18.492 dólares, ao passo que a média da União Europeia é de US\$ 28.477.

Esta diferença é tanto mais significativa se considerarmos

que a renda média da União Europeia sofreu uma ligeira redução com a admissão de dez novos estados-membros, sobretudo da Europa Central e do Leste, em 2004. Se em 1986 Portugal partilhava com Grécia, Espanha e Irlanda os últimos lugares na Europa segundo este critério, atualmente encontra-se consideravelmente atrasado em relação a todos eles, e terá inclusive sido ultrapassado pela República Checa e a Hungria em 2006.

O consumo privado manteve-se relativamente sustentado em 2005, pois as taxas de juros reduzidas, a contração das margens associadas a empréstimos por parte dos bancos e o alargamento dos prazos de amortização destes (que podem agora chegar aos 50 anos) terão, segundo o Banco de Portugal, permitido manter a expansão de crédito a particulares. Ainda em 2005, à exceção da inflação que ficou nos 2,1% anuais, a deterioração de outros indicadores como o desemprego e o déficit das contas públicas aponta para um agravamento da divergência económica relativamente aos países integrantes da área do euro. O Banco de Portugal afirma mesmo que o fato revela a dificuldade que o país tem demonstrado no ajustamento às regras da união monetária - designadamente no controle das contas públicas - e à intensificação do processo de globalização.

A produção nacional terá sido negativamente afetada pelo aumento do preço das matérias-primas e da energia, bem como pela manutenção do crescimento dos custos do trabalho. O abrandamento da atividade económica refletiu sobretudo a contração do investimento e a desaceleração significativa das exportações. Apesar do contexto favorável de crescimento da demanda externa, as exportações foram penalizadas por concorrerem no segmento dos custos salariais baixos e por nelas terem importância significativa produtos com reduzido conteúdo em tecnologia e capital humano. Setores tradicionais como os têxteis, o vestuário e o calçado têm assim enfrentado concorrência cada vez maior por parte de novos intervenientes no comércio mundial, como é, por exemplo, o caso da China, para além dos novos estados-membros da União Europeia.

De resto, entre cinco modelos económicos utilizados para estimar os impactos desta adesão num período de 10 a 20 anos,



Portugal é colocado em dois entre o pequeno grupo de países menos beneficiados ou mais prejudicados, enquanto os três restantes colocam claramente Portugal como o país mais prejudicado ou o menos beneficiado. Refira-se que os novos estados-membros concorrem com Portugal sobretudo a nível do investimento estrangeiro para a produção de bens transacionáveis dirigidos preferencialmente aos mercados externos.

Produto Interno Bruto (taxas de crescimento)

| 2003 | 2004 | 2005 |
|------|------|------|
| -1,2 | 1,1 | 0,3 |

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Estatístico - Julho de 2006).

A agricultura está perdendo cada vez mais peso no PIB e o setor elétrico tem mantido alguma solidez, junto com a construção e o setor financeiro e imobiliário. Os transportes e comunicações têm tido crescimento reduzido ou mesmo nulo, e o setor do comércio e da restauração foi o que apresentou crescimento mais pujante, junto com os restantes serviços.

Variação da composição do PIB, por setores

Unidade: percentagem

| Anos | trimestre | agricultura e afins | setor elétrico | indústria | construção |
|------|-----------|---------------------|----------------|-----------|------------|
| 2005 | I | -3,7 | 3,8 | 2,1 | 2,4 |
| | II | -7,3 | 2,6 | 1,6 | 1,6 |
| | III | -9,8 | 1,3 | 1,1 | -0,1 |
| | IV | -10,2 | 0,4 | 1,3 | -1 |
| 2006 | I | -7,2 | 1,2 | 2,4 | -0,8 |

| Anos | trimestre | comércio, restauração e hotelaria | transportes e comunicações | financeiro e imobiliário | outros serviços |
|------|-----------|-----------------------------------|----------------------------|--------------------------|-----------------|
| 2005 | I | 4,8 | 3,3 | 3,3 | 5,9 |
| | II | 4,8 | 1,6 | 2,7 | 5,7 |
| | III | 4,7 | 0,7 | 2,5 | 5,2 |
| | IV | 4,3 | 0,1 | 2,3 | 4,7 |
| 2006 | I | 4,0 | -0,2 | 3,1 | 4,2 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

A taxa de desemprego tem crescido nos últimos anos, reflexo da crise econômica referida acima. Ainda assim, Portugal compara favoravelmente com a média europeia no que diz respeito a este indicador. Segundo o ICEP, nos últimos anos, o emprego tem sido afetado pela redução da atividade econômica. Prevêem-se pequenos ganhos de emprego, nos próximos anos, em linha com a esperada retomada cíclica da atividade, mas ainda não suficientes para reduzir a taxa de desemprego. Nestas condições, o crescimento dos salários deverá abrandar, pondo um freio nos preços e no custo da unidade de trabalho.



| | 2003 | 2004 | 2005 |
|------------------------|------|------|------|
| Taxa de desemprego (%) | 6,3 | 6,7 | 7,6 |
| Homens | 5,5 | 5,8 | 6,7 |
| Mulheres | 7,2 | 7,6 | 8,7 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas - INE

Taxa de atividade (%)

| | 2003 | 2004 | 2005 |
|----------|------|------|------|
| UE 25 | 69,3 | 69,7 | 70,2 |
| Portugal | 72,9 | 73,0 | 73,4 |

Fonte: Eurostat.

Uma das características mais importantes do ciclo de crescimento iniciado em 1986 tem sido a evolução favorável da inflação, a qual tem diminuído de forma progressiva e segura. Em 1992, o índice de preços ao consumidor passou a ter somente um dígito, reforçando a imagem externa do país e potencializando o seu bom desempenho econômico. Desde então, esse indicador tem mantido níveis baixos (com um ligeiro aumento em 1998), situando-se em 2005 nos 2,1%, o que corresponde a um diferencial mínimo em relação à média dos países da Zona Euro.

Inflação (índice de preços harmonizados no consumidor, %)

| 2003 | 2004 | 2005 |
|------|------|------|
| 3,3 | 2,5 | 2,1 |

Fonte: Banco de Portugal

Segundo o ICEP, em 2005, a inflação caiu para o seu nível mais baixo desde 1994, embora em 2006 o aumento dos preços do petróleo a nível internacional certamente afetou aquele indicador.

2. Principais setores de atividade

a) Agricultura, silvicultura e pesca

O valor da produção da agricultura tem estado praticamente estagnado desde 1986, data da adesão à União Europeia. Esses resultados devem ser entendidos à luz da reforma da Política Agrícola Comum da União Europeia, em 1992, que reduziu os preços e os subsídios na agricultura.



Contas econômicas da agricultura
Preços correntes, milhões de euros.

| Rubrica | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Produção vegetal | 3.849 | 4.211 | 4.098 | 4.331 | 4.342 | 3.663 |
| Produção animal | 2.308 | 2.588 | 2.541 | 2.470 | 2.657 | 2.754 |
| Produção do ramo agrícola | 6.379 | 7.060 | 6.932 | 7.091 | 7.310 | 6.743 |
| Valor acrescentado bruto | 2.482 | 3.297 | 3.201 | 3.338 | 3.358 | 2.813 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – INE.

Principais produções agrícolas, 2003-2005, em milhares de toneladas

| | 2003 | 2004 | 2005 |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|
| Trigo | 149.581 | 292.884 | 81.495 |
| Milho | 798.021 | 789.409 | 513.118 |
| Centeio | 26.955 | 27.264 | 19.495 |
| Arroz | 147.802 | 149.255 | 121.495 |
| Aveia | 39.019 | 61.317 | 25.291 |
| Cevada | 13.022 | 26.240 | 20.447 |
| Feijão | 4.943 | 4.627 | 3.156 |
| Batata | 735.828 | 769.767 | 576.304 |
| Tomate (indústria) | 894.181 | 1.200.930 | 1.085.065 |
| Girassol | 18.015 | 13.917 | 2.398 |
| Tabaco | 5.735 | 5.357 | 4.749 |
| Laranja | 276.917 | 250.316 | 218.799 |
| Maçã | 287.493 | 277.301 | 249.143 |
| Pera | 89.664 | 187.567 | 130.390 |
| Pêssego | 56.297 | 52.041 | 49.484 |
| Vinho (hl) | 7.149.067 | 7.257.396 | 7.051.302 |
| Azeite (hl) | 364.977 | 500.658 | 325.428 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE

Quanto às regiões de maior concentração da produção, o tomate é cultivado na área do Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo (nas campinas ribatejanas); a laranja, no Algarve; o azeite, em Trás-os Montes e no Alentejo, região tradicionalmente conhecida como o celeiro de Portugal, onde se cultivam também cereais. Em áreas de produção especializada (produção de tomate industrializado, polpa de fruta e vinho), a produtividade é superior, sendo que esses produtos assumem um papel prioritário na pauta de exportações agrícolas portuguesas.

As principais produções animais incluem suínos e bovinos. Apesar de o gado suíno ser a maior produção, o setor encontra-se em crise devido ao excesso de carne deste tipo na UE e à existência de práticas de dumping dentro do espaço comunitário.



Principais produções animais em toneladas (peso limpo)

| | 2003 | 2004 | 2005 ^P |
|---|-----------|-----------|-------------------|
| Carne (Peso limpo) | 778.320 | 796.692 | 812.689 |
| De bovinos | 105.772 | 119.259 | 119.020 |
| De ovinos | 22.428 | 21.994 | 21.990 |
| De caprinos | 1.730 | 1.574 | 1.363 |
| De suínos | 354.875 | 340.279 | 352.998 |
| De equídeos | 290 | 245 | 243 |
| De animais de capoeira | 271.441 | 289.737 | 294.369 |
| Dos quais: frangos de carne (tipo industrial) | 201.736 | 215.711 | 215.925 |
| Ovos de galinha (total) | 125.549 | 131.683 | 120.458 |
| Dos quais : Para incubação | 16.205 | 17.992 | 18.167 |
| Leite (milhares de litros) | 2.019.953 | 2.076.957 | 2.119.931 |
| De vaca | 1.893.243 | 1.949.670 | 1.990.754 |
| De ovelha | 98.163 | 98.717 | 100.090 |
| De cabra | 28.547 | 28.570 | 29.087 |
| Queijo | 74.980 | 74.911 | 76.007 |
| De vaca | 57.431 | 57.268 | 58.113 |
| De ovelha | 16.360 | 16.453 | 16.682 |
| De cabra | 1.189 | 1.190 | 1.212 |
| Manteiga de vaca | 26.252 | 25.977 | 26.576 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

P – provisório unidade: toneladas (exceto o leite)

Portugal possui uma “Zona Econômica Exclusiva” de cerca de 1.700.000 km² e uma costa de 942 Km no continente e duas grandes áreas insulares, pelo que a pesca tem sido, desde sempre, importante fonte de subsistência. Desta atividade é tributária a indústria de transformação de pescado, o abastecimento do mercado de produtos originários deste setor, bem como parte significativa da indústria de construção naval. A frota portuguesa exerce a sua atividade em águas nacionais e em pesqueiros externos. Em águas nacionais as principais espécies exploradas são a sardinha, os atuns, o carapau, o polvo e o peixe espada. A importância dos desembarques de atuns e seus similares advém, essencialmente, das quantidades capturadas nas águas das Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira.

Segundo indicadores compilados pela Direcção-Geral das Pescas, o valor da pesca descarregada situou-se por volta de € 354 milhões em 2004, tendo o mesmo vindo a crescer gradualmente desde € 266 milhões em 1994. No entanto, esta evolução prende-se sobretudo com a evolução dos preços, pois em termos de peso tem havido alguma estagnação (de 261.305 toneladas em 1994 para 222.312 em 2004). De acordo com um estudo da Universidade de Lisboa, o setor das pescas no país caracteriza-se por um elevado consumo de pescado, uma frota de pequena escala e muito diversificada e dependência de pesqueiros longínquos (ex. bacalhau).



Pesca descarregada, por ano, regiões e espécies
(em 1.000 toneladas)

| Total | t | 1.000 euros |
|----------------------|---------|-------------|
| 2004 | 152.532 | 259.524 |
| 2005 | 145.656 | 255.000 |
| Águas salobra e doce | 62 | 662 |
| Enguias | 8 | 76 |
| Lampreia | 26 | 413 |
| Sável | 21 | 163 |
| Savelha | 3 | 2 |
| Truta | 3 | 7 |
| Diversos | 1 | 1 |
| Peixes marinhos | 125.114 | 183.693 |
| Abróteas | 446 | 1.519 |
| Areiro e carta | 215 | 573 |
| Atum e similares | 6.805 | 10.507 |
| Badejo | 78 | 455 |
| Besugo | 685 | 3.274 |
| Bica | 97 | 516 |
| Biqueirão | 124 | 353 |
| Boga | 413 | 124 |
| Cações | 89 | 177 |
| Cantarilhos | 154 | 542 |
| Carapau | 13.228 | 19.931 |
| Carapau negrão | 2.730 | 3.122 |
| Cavala | 14.657 | 3.941 |
| Cherne | 485 | 5.167 |
| Congro ou safio | 1.534 | 3.837 |
| Corvinas | 389 | 2.208 |
| Dourada | 135 | 1.396 |
| Faneca | 2.597 | 4.981 |
| Galo negro | 234 | 2.247 |
| Garoupas | 97 | 406 |
| Goraz | 848 | 8.882 |
| Imperador | 68 | 759 |
| Linguado e azevia | 1.074 | 11.437 |
| Pargos | 184 | 2.040 |

| | | |
|-----------------------|--------|--------|
| Peixe espada | 50 | 100 |
| Peixe espada preto | 6.267 | 13.710 |
| Pescadas | 1.973 | 7.494 |
| Pregado | 71 | 1.263 |
| Raias | 1.714 | 4.261 |
| Robalos | 488 | 5.019 |
| Rodvalho | 50 | 635 |
| Ruivos | 513 | 820 |
| Salema | 240 | 103 |
| Salmonetes | 150 | 1.961 |
| Sarda | 2.397 | 1.151 |
| Sardinha | 50.560 | 33.113 |
| Sargos | 757 | 3.704 |
| Solhas | 146 | 471 |
| Tainhas | 246 | 250 |
| Tamboril | 312 | 1.515 |
| Verdinho | 5.126 | 2.351 |
| Xaputa | 664 | 1.162 |
| Diversos | 6.024 | 16.216 |
| Crustáceos | 827 | 10.317 |
| Camarões | 40 | 932 |
| Caranguejos | 252 | 49 |
| Gambas | 90 | 2.560 |
| Lagostas e lavagantes | 11 | 326 |
| Lagostim | 324 | 6.045 |
| Santola | 47 | 104 |
| Diversos | 63 | 301 |
| Moluscos | 19.652 | 60.320 |
| Ameijoas | 913 | 1.843 |
| Berbigão | 2.391 | 2.040 |
| Búzios | 45 | 159 |
| Choco | 1.802 | 6.530 |
| Conquilha | 740 | 1.300 |
| Longueirões | 215 | 514 |
| Lulas | 754 | 4.562 |
| Mexilhão | 9 | 5 |
| Ostras | 2 | 1 |
| Polvos | 10.836 | 40.629 |



| | | |
|----------------------------|-------|-------|
| Potas | 187 | 333 |
| Diversos | 1.758 | 2.404 |
| Animais aquáticos diversos | - | - |
| Ouriços | - | - |
| Outros produtos | 1 | 8 |
| Fígados | - | - |
| Óleos | - | - |
| Ovas | 1 | 8 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

O setor florestal representa cerca de 3% do emprego, 5% do PIB e 12% das exportações. Portugal é o líder mundial na produção de cortiça, cerca de 54% da produção mundial. A indústria corticeira portuguesa realiza 70% da transformação mundial de cortiça (o país inclusive importa matéria-prima de diversos países mediterrâneos), acreditando-se que este valor possa aumentar nos próximos anos.

b) Indústria

Desde o início da segunda metade da década de 80, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, a produtividade da indústria melhorou substancialmente (com exceção da crise recessiva que se abateu sobre a Europa, no início dos anos 90), por via de uma assinalável modernização do aparelho produtivo industrial e da reestruturação das empresas de maior dimensão, no sentido de uma especialização por áreas de negócios. Esse período coincidiu, em primeiro lugar, com a entrada maciça de investimentos estrangeiros (em particular, nos setores automotivo, elétrico e de celulose); e, em segundo lugar, com os influxos de fundos europeus de apoio a investimentos no referido setor (de que o PEDIP - Plano Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa é o melhor exemplo).

Desde 1994, a evolução da indústria portuguesa tem sido marcada pela modernização resultante dos investimentos realizados na década precedente, bem como pelo fenómeno de integração económica global. Assistiu-se a uma diminuição da produção de setores tradicionais, como têxtil, vestuário, de curtume

e florestal, e de setores pesados, como a metalurgia de base. Em contrapartida, setores de maior valor agregado e teor tecnológico, como os setores automotivo e de maquinaria, passaram a liderar a indústria portuguesa.

Estas alterações resultaram num tecido produtivo mais equilibrado, com reforço da especialização do setor elétrico e o recuo das desvantagens da indústria automobilística e da eletrônica. No final de 1999 e, sobretudo, no início de 2000, começou-se a assistir à integração de algumas indústrias na chamada "Nova Economia", mediante a realização de parcerias com empresas tecnológicas, tendo ocorrido ulteriormente algum desenvolvimento na área de software.



População empregada por setores de atividade econômica (2006)
(em milhares)

| | 1º trimestre | 2º trimestre | 3º trimestre | 4º trimestre |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| População empregada | 5.126,9 | 5.180,8 | 5.187,3 | 5.142,8 |
| Agricultura, silvicultura e pesca | 596,4 | 615,0 | 615,1 | 588,9 |
| Indústria, construção, energia e água | 1.560,6 | 1.573,7 | 1.588,4 | 1.586,0 |
| Serviços | 2.969,9 | 2.992,1 | 2.983,7 | 2.968,0 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE). Estatísticas do Emprego.

c) Energia

A produção e consumo de energia em Portugal são baixos, se comparados com a média europeia. O país consome basicamente petróleo: cerca de 70% do consumo final de energia provém dessa fonte. Essa dependência tem, no entanto, diminuído nos últimos anos, com o consumo crescente do gás natural.

Principais indicadores energéticos (2004), em tep(1)

| | |
|---------------------|------------|
| Importações | 25.224.128 |
| Produção doméstica | 3.779.679 |
| Varição de "stocks" | -551.761 |
| Saídas | 3.115.736 |

Fonte: Direcção Geral de Energia

(1) toneladas equivalente de petróleo

d) Turismo

O setor do turismo é um dos mais importantes da economia portuguesa, representando entre 7% e 8% do PIB e absorvendo perto de 10% do emprego. Ao contrário do que se verifica com muitos dos seus concorrentes europeus, Portugal tem conseguido manter sua posição mundial, apesar da emergência de novos destinos que têm afastado os turistas dos mercados tradicionais. O país foi, em 2004, o 19º destino turístico mundial e ficou na 21ª posição no "ranking" das receitas, com 6,3 bilhões de euros, segundo o ICEP.

De acordo com o ICEP, a maior parte dos turistas que visitam Portugal são oriundos da Europa Ocidental, particularmente dos países da UE. Os EUA são a mais importante fonte de turistas fora da Europa. Esta situação pode constatar-se através da repartição das dormidas de estrangeiros em 2005, pelos principais países de origem: Reino Unido (30,7%), Alemanha (16,5%), Espanha (11,5%), Países Baixos (6,8%), França (4,7%), Irlanda (3,6%), Itália (3,1%) e EUA (2,6%). As receitas de turismo têm registrado alta nos últimos anos, chegando a € 6,4 bilhões em 2005, um incremento de 1,1% em relação ao ano anterior.



3. Moeda e finanças

Moeda

O escudo deixou de circular em 1º de janeiro de 2002, tendo sido substituído pelo euro € (1 Euro = 100 cêntimos), cujo câmbio foi fixado irrevogavelmente ao valor de € 1= \$200.482. As taxas médias €/US\$ foram as seguintes no período entre 2001 e 2004 (agosto):

Taxas de câmbio médias anuais €-US\$

| | Jul-06 | Jun-06 | 2005 |
|--------|--------|--------|------|
| 1 euro | 1,27 | 1,27 | 1,24 |

Fonte: Banco de Portugal

Traduzindo os progressos alcançados na política de consolidação orçamentária e nos objetivos de estabilidade cambial e de preços, as taxas de juros apresentaram uma evolução descendente nos últimos anos, diminuindo o seu diferencial face à média europeia, e permitindo às famílias portuguesas um acesso mais fácil ao crédito, embora esta tendência pareça ter sido invertida com as recentes subidas das taxas de juro de referência do Banco Central Europeu.

Balanço de pagamentos

O saldo das contas externas portuguesas apresentou uma deterioração no período 2003-2005. Esta posição deficitária é sustentada pela evolução desfavorável da balança de mercadorias e pela incapacidade dos saldos positivos da balança de transferências unilaterais (essencialmente constituída por fundos provenientes da União Europeia) e da balança de capitais de compensar esse agravamento.

O comportamento da balança de mercadorias está associado não só a uma perda pontual de competitividade das exportações portuguesas mas também a um período de ajustamento

associado à adoção do euro. A utilização da moeda comum traduziu-se em expectativas mais favoráveis em relação aos rendimentos futuros, bem como em uma redução significativa da inflação e das taxas de juros, o que contribuiu para a expansão da procura interna, alimentada, em grande parte pelo aumento das importações. A recuperação da atividade econômica na área do euro, contudo, tem levado a uma recuperação das exportações de mercadorias, o que, futuramente, pode levar a um crescimento mais equilibrado.



| BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões) | 2004 | 2005 | 2006 ¹ |
|---|---------|---------|-------------------|
| A. Balança comercial (líquido-fob) | -18,643 | -20,855 | -4,920 |
| Exportações | 37,128 | 38,167 | 9,946 |
| Importações | 55,771 | 59,022 | 14,866 |
| B. Serviços (líquido) | 5,152 | 5,049 | 788 |
| Receita | 14,840 | 15,105 | 3,355 |
| Despesa | 9,688 | 10,056 | 2,567 |
| C. Renda (líquido) | -2,941 | -3,932 | -995 |
| Receita | 7,915 | 7,703 | 2,216 |
| Despesa | 10,856 | 11,635 | 3,211 |
| D. Transferências unilaterais (líquido) | 3,471 | 2,731 | 624 |
| E. Transações correntes (A+B+C+D) | -12,961 | -17,007 | -4,503 |
| F. Conta de capitais (líquido) | 2,808 | 2,163 | 549 |
| G. Conta financeira (líquido) | 9,470 | 14,447 | 2,652 |
| Investimentos diretos (líquido) | -5,789 | 2,005 | 341 |
| Portfólio (líquido) | 1,108 | -2,027 | -7,843 |
| Outros | 14,151 | 14,469 | 10,154 |
| H. Erros e omissões | -1,180 | -1,320 | 27 |
| I. Saldo (E+F+G+H) | -1,863 | -1,717 | -1,275 |

Fonte: FMI – International Financial Statistics, November 2006.

(1) Janeiro – março.

Finanças públicas

O comportamento favorável das contas públicas, em conjunto com a política de amortização da dívida pública e a baixa das taxas de juros, contribuíram para a inversão, em 1996, da trajetória crescente do peso da dívida pública no PIB. Deste modo, em 1997 e 1998, Portugal cumpriu os critérios de convergência relativos às finanças públicas, definidos no Tratado de Maastricht, tendo em 1998 o déficit público e a dívida pública representado, respectivamente, 2,2% e 57,8% do PIB, fixando-se abaixo dos limites máximos estabelecidos. Estes progressos obtidos nas finanças públicas contribuíram, a par do comportamento da inflação e das taxas de juros, para que Portugal pudesse adotar o euro.

Não obstante, nos últimos anos as finanças públicas têm passado por um período de turbulência.

Em 2005, o déficit público correspondeu a 6% do PIB. A enorme deterioração em relação aos anos anteriores ficou a dever-se largamente à decisão do Governo de não continuar a contar com as operações definidas como receitas extraordinárias, de modo a espelhar o verdadeiro valor daquele indicador. Várias medidas corretivas, quer do lado das receitas, quer do lado das despesas foram introduzidas desde então. Elas incluíram o aumento do IVA e acréscimos graduais em certos impostos sobre o consumo. As principais medidas corretivas do lado das despesas respeitam aos esquemas de saúde e pensões, em particular as que se referem aos funcionários públicos. Alterações relevantes foram também introduzidas nas regras de recrutamento da administração central e, em 2006, foi efetuado o congelamento temporário das promoções automáticas dos funcionários e das transferências para os poderes locais.



4. Sistema bancário

A entrada de Portugal na CEE, em 1986, coincidiu com o lançamento do Mercado Único, que pretendia eliminar todos os entraves à circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. O setor financeiro português efetuou, ao longo dos últimos anos, a liberalização e adaptação ao mercado comunitário. A liberalização do setor financeiro e, em particular, do sistema bancário, permitiu não só a entrada de capitais e de formas de gestão privada em bancos outrora sujeitos ao controle público, como também abriu o setor a agentes externos, facilitando as operações internacionais e aumentando a concorrência.

A atividade das instituições de crédito, em Portugal, consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, mediante a concessão de crédito, com o objetivo de os aplicar por conta própria. Inclui os bancos, as caixas econômicas, as caixas de crédito agrícola mútuo, as sociedades de investimento, as sociedades de locação financeira, as sociedades de "factoring" e as sociedades financeiras para aquisições a crédito.

Após uma primeira fase de abertura e de aumento da concorrência, entre 1986 e 1992, assistiu-se ao redimensionamento do setor bancário, quer em número de bancos, quer em de agências. Nos anos que se seguiram, aconteceram, assim, várias aquisições no setor, o que conduziu, progressivamente, ao aumento da concentração da atividade bancária.

Como resultado desse processo de concentração, a representatividade dos dez maiores bancos comerciais portugueses é mais visível através da decomposição dos grupos em que se integram: Grupo Caixa Geral de Depósitos (líder do maior grupo financeiro português); o Banco Comercial Português absorveu o Banco Pinto & Sotto Mayor, o Banco Português do Atlântico, o Banco Mello e a Nova Rede, fundindo todos num grupo sob uma denominação comum de Millenniumbcp; Grupo Banco Português de Investimentos (inclui o Banco Fonseca & Burnay, o Banco Fomento e Exterior e o Banco Borges & Irmão) e Grupo Espírito Santo. Há alguns meses o Millenniumbcp lançou uma oferta

pública de compra sobre o grupo BPI, que ainda não chegou a concretizar-se.

Entre os maiores bancos comerciais estrangeiros operando em Portugal encontram-se o Crédit Lyonnais (França), o Barclays Bank (Reino Unido), Banco Bilbao Vizcaya Argentaria e Banco Santander Central Hispano (Espanha) que adquiriu o Banco Totta & Açores e o Crédito Predial Português, figurando o Banco do Brasil entre os bancos estrangeiros mais importantes.

Os bancos de investimentos concedem empréstimos a médio e longo prazos, atuando, também, no mercado de ações. Os maiores bancos são: grupo Banco Português de Investimento (que inclui o Banco de Fomento e Exterior, privados nacionais); Deutsche Bank de Investimento (estrangeiro); Banco Chemical (privado nacional); Cif - Banco de Investimento (privado nacional); Banco Essi (privado nacional); e Banco Santander Negócios (estrangeiro). Não existem, propriamente, bancos de desenvolvimento em Portugal. Empréstimos, a médio e longo prazos, para projetos de proteção ambiental, indústria e conservação de energia são fornecidos pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI). Destaca-se, também, a existência de algumas sociedades de desenvolvimento regional, que concedem empréstimos visando à promoção do investimento produtivo nas áreas da respectiva região (como é o caso da SODERA - Sociedade de Desenvolvimento Regional do Alentejo S.A. - ou da SOSET - Sociedade de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal).

Entre os bancos portugueses presentes no Brasil, o Banco Finantia possui uma filial em São Paulo. O Banif detém o Banco Banif Primus, estando ainda presentes o Banco Comercial Português com a denominação actual Millenniumbcp, a Caixa Geral de Depósitos (através da sua participação no Unibanco), o Banco Espírito Santo, o Banco Privado Português e Banco Português de Negócios. Já os bancos brasileiros que possuem atividade comercial em Portugal são: Banco do Brasil S.A. (agências ao público em Lisboa, Porto e Cascais) e Banco Itaú S.A. (denominado Itaú Europa, orientado para o mundo empresarial), ambos em Lisboa.



III - COMÉRCIO EXTERIOR

1. Evolução recente

Tratando-se de uma pequena economia aberta inserida no espaço da União Europeia, o comércio exterior assume grande importância em Portugal, principalmente no que se refere a seu papel como motor do crescimento econômico. O peso do comércio exterior no PIB do país vem aumentando e passou de 55,2% em 1998 para 65% em 2005 (segundo as contas nacionais do INE, citadas pela Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças), o que contribui para que Portugal seja considerado uma das economias mais globalizadas do planeta. A balança comercial portuguesa tem sido tradicionalmente deficitária, devido em grande parte às elevadas importações de maquinaria, equipamento de transporte, produtos energéticos, químicos e ainda agrícolas e alimentares.

Comércio exterior de Portugal (em bilhões de euros)

| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Exportações | 26,9 | 27,4 | 28 | 29,9 | 30,6 |
| Importações | 44,0 | 42,5 | 41,7 | 46,6 | 49,1 |
| Saldo comercial | -17,1 | -15,1 | -13,7 | -16,7 | -18,5 |
| Corrente de comércio | 70,9 | 69,9 | 69,7 | 76,5 | 79,7 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística / ICEP.

2. Direção do comércio exterior

O comércio exterior de Portugal está direcionado, essencialmente, para a União Europeia, responsável por grande parte da entrada e saída de bens e serviços do país (77% em 2005, segundo o ICEP). Em 2005, a Espanha foi o principal parceiro comercial de Portugal, seguida pela Alemanha, França e Reino Unido.

Comércio exterior português (2005)

milhares de euros

| País | Entrada | Saída | Total |
|-------------------|------------|------------|------------|
| UE | | | |
| (sem "Diversos"*) | 37.574.135 | 37.574.135 | 75.148.270 |
| Espanha | 15.094.466 | 8.265.349 | 23.359.815 |
| Extra UE | 11.571.598 | 6.201.219 | 17.772.816 |
| Alemanha | 6.780.217 | 3.717.241 | 10.497.458 |
| França | 4.306.315 | 4.184.115 | 8.490.430 |
| América | | | |
| (Continente) | 2.930.816 | 2.187.434 | 5.118.250 |
| Reino Unido | 2.134.554 | 2.640.552 | 4.775.106 |
| Itália | 2.695.342 | 1.343.755 | 4.039.097 |
| OPEP | 3.317.055 | 320.976 | 3.638.031 |
| Ásia | 2.474.999 | 1.048.622 | 3.523.620 |
| Países Baixos | 2.170.747 | 1.229.324 | 3.400.071 |
| Estados Unidos | 1.056.942 | 1.651.276 | 2.708.218 |
| Bélgica | 1.430.711 | 1.148.871 | 2.579.582 |
| África | 963.770 | 372.315 | 1.336.085 |
| EFTA | 889.885 | 355.396 | 1.245.282 |
| Brasil | 983.889 | 177.797 | 1.161.686 |
| Argélia | 1.102.891 | 55.192 | 1.158.084 |
| PALOP | 65.566 | 1.060.298 | 1.125.863 |
| Nigéria | 967.553 | 39.514 | 1.007.067 |
| Suécia | 555.392 | 362.492 | 917.884 |
| Angola | 25.130 | 800.403 | 825.533 |
| China | 568.835 | 170.664 | 739.499 |
| Japão | 583.082 | 86.910 | 669.991 |

*- Na categoria UE o INE inclui, para além de todos os Estados-membros, a categoria "Diversos", com valores muito reduzidos, e que não é considerada no total UE. Por outro lado, no caso do Brasil há discrepâncias em relação aos dados do MDIC devido a diferenças metodológicas.

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas. Cálculos acessórios realizados pelo Secom Lisboa.



Os principais clientes de Portugal são parceiros da UE, destacando-se, em 2005, a Espanha (26,8%), a França (13,5%), a Alemanha (12,3%) e o Reino Unido (8,3%). Do mesmo modo, os fornecedores mais importantes foram a Espanha (29,9%), a Alemanha (13,9%), a França (8,8%) e a Itália (5,4%). A África Lusófona constitui um importante parceiro para Portugal, aumentando cada vez mais o interesse das empresas portuguesas por aqueles mercados. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) representou 4,2% das exportações portuguesas.

De acordo com o ICEP, o crescimento das exportações é presentemente impulsionado mais por novos setores do que pelos tradicionais, refletindo os efeitos estruturais do investimento estrangeiro. Registrou-se um aumento das exportações de setores com maior incorporação tecnológica e de maior valor agregado, o que confere à atividade exportadora uma maior resistência às vulnerabilidades dos mercados externos.

Os têxteis, o vestuário e os calçados (representando 17,4% das vendas ao exterior em 2005, contra 19,4% em 2004) são as exportações tradicionais portuguesas mais relevantes, mas apresentam uma clara tendência de aumento do valor agregado, fruto do investimento prosseguido em qualidade e "design".

As máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos (18,6% do total em 2005, contra 19,0% em 2004) constituem outro grupo significativo nas exportações, em que empresas modernas e produtos certificados e de tecnologias avançadas têm crescente preponderância, destacando-se, entre outros, os moldes para a indústria de plásticos e as máquinas-ferramentas, bem como fios e cabos elétricos, transformadores e microconjuntos eletrônicos.

A madeira, a cortiça, o papel e a pasta de papel detiveram, em conjunto, 9,2% das exportações totais, em 2005, praticamente o mesmo peso que no ano anterior. Portugal é o líder no mercado da cortiça, com uma quota superior a 60% das exportações mundiais daquele produto.

Os veículos e outros materiais de transporte representaram 14,3% do total exportado, em 2005 (contra 15,4% no

ano anterior), refletindo as tendências da indústria e a influência do investimento estrangeiro, que se repercutiram, também, nos subsetores subsidiários (componentes e acessórios para veículos).

Quanto às importações, Portugal é muito dependente em produtos energéticos (15,2% do total em 2005), matérias-primas para a indústria (mais de 25%), maquinaria (19,8% em 2005), equipamento de transporte (12,8% em 2005) e produtos agroalimentares (11,7% em 2005, contra 12,3% em 2004). A rubrica combustíveis minerais (15,2% do total em 2005, contra apenas 11,0% em 2004 e 10,1% em 2003, prevendo-se que em 2006 este valor aumente significativamente) tem aumentado de peso no total, devido à subida dos preços de petróleo.



IV - RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BRASIL-PORTUGAL

1. Intercâmbio comercial bilateral

Quase 80% do comércio internacional português é realizado com a UE, e apenas 20% com o resto do mundo, preponderância sem dúvida associada com a criação do Mercado Único Europeu, que visou promover a circulação livre de mercadorias, pessoas, serviços e capitais, eliminando a quase totalidade de barreiras alfandegárias no seio da UE.

Entre 2000 e 2005, a média anual das exportações brasileiras para Portugal foi de 678 milhões de dólares. Neste período, do total de exportações brasileiras, apenas 0,2% se destinaram a Portugal. Entre 2000 e 2005, a média anual das importações brasileiras oriundas de Portugal foi de 183 milhões de dólares, e no período, do total de importações brasileiras, apenas 1,2% vieram de Portugal. Portugal tem assim um peso muito reduzido no comércio externo brasileiro, mas deverá ter-se em conta a pequena dimensão da sua economia e a sua estreita ligação à UE.

Não obstante, nos últimos anos o comércio luso-brasileiro tem vindo a crescer: a corrente de comércio entre os dois países mais que duplicou entre 2000 (549 milhões de dólares) e 2005 (1,2 bilhões, valor histórico, nunca antes alcançado), sobretudo devido às exportações brasileiras (multiplicaram-se quase 3 vezes) mas também devido ao aumento das importações portuguesas (aumentaram 36%).

Uma das características mais marcantes do relacionamento comercial é o permanente superávit comercial brasileiro, que em 2005 atingiu o valor mais elevado de 784 milhões de dólares.

2. Composição do intercâmbio comercial bilateral

Analisando os produtos comercializados entre os dois pa-

íses entre 2000 e 2006, verifica-se que a categoria combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais é responsável por 27,5% das exportações do Brasil para Portugal, seguida de sementes e frutos oleaginosos, grãos e sementes (16,2%), ferro fundido, ferro e aço (8,8%), madeira, carvão vegetal e obras de madeira (6,3%), peles e couros (5,6%) e reatores nucleares, caldeiras e máquinas (5,8%, constituindo esta o primeiro item da pauta de exportação para Portugal com elevado valor agregado).

As exportações portuguesas para o Brasil revelam uma presença mais acentuada de produtos industriais, embora os produtos primários ainda sejam majoritários. Uma análise dos dados 2000-2006 demonstra que 21,5% das exportações são constituídas por gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, item sobretudo relacionado com azeite de oliva; máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos correspondem a cerca de 18% do total exportado por Portugal ao Brasil; os itens restantes são constituídos sobretudo por produtos com baixo valor agregado, sendo que os livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos valem 1,7% do total.

Intercâmbio comercial Brasil-Portugal

Exportações para Portugal

| Ano | Valor US\$ |
|-----------------------|---------------|
| 2005 | 1.014.637.704 |
| 2006 (jan-out) | 1.283.555.948 |
| Média anual 2000-2005 | 678.663.898 |

Importações de Portugal

| | |
|-----------------------|-------------|
| 2005 | 230.175.066 |
| 2006 (jan-out) | 231.593.744 |
| Média anual 2000-2005 | 183.226.179 |

Saldo comercial

| | |
|-----------------------|---------------|
| 2005 | 784.462.638 |
| 2006 (jan-out) | 1.051.962.204 |
| Média anual 2000-2005 | 495.437.719 |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX/MDIC



Exportação brasileira para Portugal (Jan. 2000 - Out. 2006)

| Descrição do capítulo NCM | US\$ milhões | % total |
|--|--------------|---------|
| Total | 5.355, 2 | 100, 0% |
| Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais | 1.470, 6 | 27, 5% |
| Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc. | 865, 2 | 16, 2% |
| Ferro fundido, ferro e aço | 471, 7 | 8, 8% |
| Madeira, carvão vegetal e obras de madeira | 337, 1 | 6, 3% |
| Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. , mecânicos | 311, 9 | 5, 8% |
| Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros | 298, 5 | 5, 6% |
| Carnes e miudezas, comestíveis | 135, 5 | 2, 5% |
| Algodão | 126, 5 | 2, 4% |
| Plásticos e suas obras | 112, 5 | 2, 1% |
| Frutas, cascas de cítricos e de melões | 94, 3 | 1, 8% |
| Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes | 85, 9 | 1, 6% |
| Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc. | 81, 5 | 1, 5% |
| Açúcares e produtos de confeitaria | 68, 3 | 1, 3% |
| Café, chá, mate e especiarias | 65, 7 | 1, 2% |
| Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc. | 57, 3 | 1, 1% |
| Veículos automóveis, tratores, etc. , suas partes/acessórios | 56, 0 | 1, 0% |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - SECEX (cálculos adicionais SECOM Lisboa).

Importação brasileira oriunda de Portugal (Jan. 2000 - Out. 2006)

| Descrição do capítulo NCM | US\$ milhões | % total |
|--|--------------|---------|
| Total | 1.335, 7 | 100, 0% |
| Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc. | 287, 0 | 21, 5% |
| Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. , mecânicos | 122, 1 | 9, 1% |
| Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc | 121, 7 | 9, 1% |
| Minérios, escórias e cinzas | 97, 0 | 7, 3% |
| Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres | 89, 5 | 6, 7% |
| Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos | 88, 5 | 6, 6% |
| Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais | 78, 2 | 5, 9% |
| Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas | 66, 3 | 5, 0% |
| Plásticos e suas obras | 51, 2 | 3, 8% |
| Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios | 38, 5 | 2, 9% |
| Frutas, cascas de cítricos e de melões | 37, 7 | 2, 8% |

continua na próxima página



continuação da página anterior

| | | |
|---|-------|-------|
| Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc. | 23, 1 | 1, 7% |
| Cortiça e suas obras | 22, 8 | 1, 7% |
| Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc. | 14, 7 | 1, 1% |
| Vestuário e seus acessórios, exceto de malha | 13, 8 | 1, 0% |
| Borracha e suas obras | 11, 3 | 0, 8% |

Fonte: SECEX (cálculos adicionais SECOM Lisboa).

3. Principais acordos econômicos com o Brasil

Encontram-se em vigor entre Brasil e Portugal os seguintes acordos na área econômica:

- a) Acordo sobre transportes aéreos regulares, em vigor desde 20 de abril de 1994;
- b) Acordo de comércio, em vigor desde 7 de setembro de 1966;
- c) Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, em vigor desde 22 de abril de 1971 (para ser revista a cada três anos);
- d) Acordo sobre transporte e navegação marítima, em vigor desde 23 de maio de 1978;
- e) Acordo sobre cooperação econômica e comercial, em vigor desde 3 de fevereiro de 1981;
- f) Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo, em vigor desde 3 de fevereiro de 1981;
- g) Acordo sobre Previdência Social, em vigor desde 7 de maio de 1991;
- h) Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos, em vigor desde 9 de fevereiro de 1994.



V - ACESSO AO MERCADO

1. Regulamentação específica

No que se refere à regulamentação sanitária (produtos de origem animal ou vegetal) e técnica (normas de segurança, qualidade, proteção ao consumidor, práticas comerciais, etc.), a legislação portuguesa encontra-se praticamente harmonizada com a União Européia. No entanto, sua aplicação, em alguns casos, é ainda efetuada de forma diferente e segundo padrões diversos nos países-membros da UE.

No campo específico das exportações de carne bovina e de frango, os estabelecimentos brasileiros interessados naquele mercado deverão sujeitar-se a inspeções sanitárias por técnicos da União Européia. Tais inspeções abrangem exames das condições higiênicas dos estabelecimentos de abate e de processamento de carne, bem como da qualidade do produto final a ser importado pelos europeus. Uma vez aprovados nessa inspeção e atendidos os requisitos do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Brasil, os produtores brasileiros estarão habilitados a figurar na lista de exportadores para a União Européia. Os exportadores de peixe deverão obedecer aos mesmos requisitos.

A União Européia encontra-se igualmente empenhada na harmonização dos padrões industriais dos países-membros. Várias diretrizes comunitárias já foram adotadas nesse sentido. Também está sendo elaborada regulamentação comum de informação e proteção do consumidor. Entretanto, mesmo quando existirem normas e padrões técnicos comunitários, as medidas de aplicação dos mesmos encontrar-se-ão sempre a cargo dos países-membros.

Embalagem e rotulagem

Em Portugal, os produtos importados, com marcas de empresas portuguesas, devem conter, em seus rótulos, o nome

do país de origem do fabricante. Os produtos farmacêuticos, fumo, pastas alimentícias, fertilizantes, vinhos, licores e alimentos contendo conservantes e corantes artificiais estão sujeitos a normas específicas de rotulagem. Os artigos têxteis e de couro e de vestuário têm de apresentar etiqueta, indicando o país de origem. Os artigos têxteis e de vestuário, fabricados com fibras diversas, devem indicar, na etiqueta, o percentual de cada uma na composição do tecido. A Comissão Européia publica, periodicamente, documentos relativos à uniformização das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros relativas ao setor de embalagens de alimentos.

São várias as normas técnicas exigidas aos produtos em comercialização no mercado português. Porém, a uniformização destas normas é uma das principais preocupações da Comissão Européia. O Instituto Português da Qualidade é o organismo de notificação, responsável pela gestão da informação relativa às normas e regras técnicas.

Marcas comerciais e patentes

O processo de harmonização das legislações de seus Estados-Membros continua sendo um dos principais objetivos da União Européia no campo da propriedade intelectual e industrial.

No que se refere às marcas comerciais, o Conselho adotou, em dezembro de 1988, diretiva que atribuiu a mesma proteção em todos os Estados-Membros, facilitando a livre circulação de produtos e prestação de serviços no mercado comunitário. É facultado, contudo, aos Estados, conceder proteção mais ampla às marcas de maior renome. Ainda nesse campo, a União Européia adotou regulamento sobre a marca comunitária (CE) 40/94 do Conselho (publicado no JOCE L11, de 14/1/94). Tal regulamento, cujas disposições não são conflitantes com as da diretiva antes mencionada, procura estabelecer uma só marca comercial para toda a União Européia.

As empresas estrangeiras e portuguesas registram suas marcas comerciais junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPRI). De acordo com a legislação portuguesa, o re-



gistro de uma marca comercial, válido por dez anos e renovável por igual período, garante a sua propriedade. No entanto, para que a marca comercial se mantenha válida, tem que ser usada efetivamente em um prazo de cinco anos. A marca comercial deve ser em português ou em latim, exceto quando utilizada fora de Portugal, caso em que poderá ser redigida na língua de qualquer país-membro da Convenção de Paris sobre a propriedade industrial.

Se a empresa pretender assegurar a proteção de uma marca em todo o território da União Européia, deverá dar entrada com o pedido no INPRI, que enviará toda documentação para o Instituto de Harmonização do Mercado Interno (sediado na Espanha), ou dirigir-se diretamente a esse organismo.

As patentes de empresas estrangeiras também têm que ser registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, por agente local, que precisa fornecer todas as especificações em português, além de apresentar desenhos das mesmas, quando for o caso. O período de validade do registro é de 20 anos, a partir da data do pedido. Da mesma forma, a patente internacional ou européia (mais abrangente que comunitária) pode ser obtida, respectivamente, junto à Organização Mundial de Propriedade Intelectual ou ao Instituto Europeu de Patentes, por intermédio do INPRI.

O pagamento de taxas e benefícios torna-se necessário para a manutenção em vigor de marcas e patentes em Portugal.

2. Regime cambial

Em 1º de janeiro de 1993, Portugal aboliu todas as restrições incidentes sobre o movimento de capitais. O Banco de Portugal supervisiona as transações cambiais, por determinação do Ministério das Finanças, com a assistência dos bancos comerciais, que operam o câmbio.

3. Documentação e formalidades

Embarques (no Brasil)

Os seguintes documentos deverão ser providenciados, no Brasil, pelo exportador:

- a) fatura comercial pró-forma;
- b) conhecimento de embarque (bill of lading);
- c) certificado de origem;
- d) certificado sanitário ou fitossanitário (quando aplicável);
- e) romaneio de embarque (packing list).

Da fatura comercial devem constar, em princípio, os seguintes dados: data de emissão; local de embarque; nome e endereço do exportador/importador/consignatário; meio de transporte; descrição precisa da mercadoria; peso bruto e líquido; preço unitário e total, de fábrica, acrescido de transporte, seguro e outros; país de origem; e assinatura do representante da firma exportadora. O certificado de origem é emitido pelas entidades de classe do setor a que pertence o produto a ser exportado. Os certificados de natureza sanitária são emitidos pelas respectivas autoridades sanitárias (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, entre outros).

Desembaraço alfandegário

O processo de desembaraço alfandegário em Portugal é instruído com a fatura definitiva, o documento único de importação (para efeitos estatísticos), os documentos de embarque e, conforme a mercadoria em causa, com a licença de importação e outros documentos/certificados eventualmente exigidos.

As formalidades para desembaraço alfandegário são, obrigatoriamente, efetuadas por despachantes oficiais e as despesas com formalidades dependem do valor da fatura, de acordo com tabelas próprias.

No caso de rejeição de mercadorias, deverá proceder-se



à sua reexportação, a custo do importador ou do exportador brasileiro, conforme estipulado no contrato. Se a mercadoria não for reclamada no prazo de 45 dias, a alfândega irá conduzi-la a leilão.

4. Regimes especiais

Instalações aduaneiras

O Centro de Distribuição de produtos brasileiros de Lisboa faz parte do mais recente programa de apoio às exportações da APEX-Brasil. O objetivo é a redução da distância entre os exportadores brasileiros e os seus clientes na Península Ibérica e Norte de África, apoiando atividades e ações focadas nos canais de distribuição. Atuando no campo da comercialização, a APEX-Brasil procura reverter a prática da maioria dos exportadores brasileiros de limitar as suas vendas à condição FOB, abrindo mão de um importante segmento da cadeia de valores. Neste Centro de Distribuição as empresas brasileiras poderão ter uma estrutura mínima que lhes permita manter um estoque de produtos, um mostruário e um escritório destinado às atividades comerciais e administrativas.

No entanto, esta infra-estrutura não será cedida gratuitamente, nem o seu custo será subsidiado. A APEX-Brasil será a locatária do espaço total e sublocará partes do mesmo às empresas. Ao arrendar áreas maiores, a APEX-Brasil poderá negociar preços mais baixos e obter outras vantagens a que as empresas, individualmente não teriam acesso. Os benefícios obtidos serão repassados. Com isso, as empresas terão custos desonerados e competitividade ampliada.

Assim, atualmente o Centro de Distribuição de Lisboa conta com:

- 2000 m² de espaço de armazenagem
- Escritórios e sala de reunião
- Showroom de produtos
- Proximidade ao aeroporto (15 minutos)

Localização:

Urbanização Industrial Quinta Olival das Minas,
Rua C, Lote 13,
2625-258 Vialonga

Informações adicionais:

Adolfo Reis

Gerente Operacional do Centro de Distribuição de Lisboa.

Tel.: +351 (21) 034 1600

adolfo.reis@apexbrasil.com.br

Homepage: www.apexbrasil.com.br

A União Européia dispõe de entrepostos aduaneiros em seus Estados-Membros, sob controle de alfândegas, para armazenagem de mercadorias que ainda não tenham sido colocadas em livre circulação na União (sem pagamento de direitos aduaneiros e outras taxas, IVA ou de consumo). Esses armazéns podem ser públicos ou privados. Neles, são apenas permitidas operações simples de manuseio que não envolvam, prioritariamente, transformação, ou seja, operações de embalagem, rotulagem, separação ou mistura, empacotamento, conservação e outros. No entanto, sob autorização expressa da alfândega, podem ser realizadas manipulações usuais da mercadoria (modificações na embalagem ou acondicionamento, que não provoquem alterações na classificação tarifária). Paralelamente, existem entrepostos fiscais, onde são depositadas mercadorias sujeitas a impostos especiais sobre o consumo, como é o caso das bebidas alcoólicas e do fumo. Essas mercadorias poderão ser colocadas em circulação na União Européia, em parte ou na sua totalidade, na saída desses armazéns.

A União Européia possui, igualmente, zonas francas em quase todos Estados-Membros, com extraterritorialidade alfandegária (não pagamento de direitos de importação e outras taxas), onde as mercadorias poderão sofrer manipulação e transformação.

A legislação portuguesa prevê a existência de armazéns



portuários com estatuto aduaneiro especial, que permite o depósito de mercadorias sem pagamento de direitos até sua internação ou reexportação. A legislação em vigor permite a operação de qualquer indústria dentro das instalações dos armazéns portuários, sob supervisão aduaneira.

Entre os armazéns diretamente controlados pela alfândega, encontram-se armazéns de trânsito para depósito temporário de mercadorias a serem reexportadas. Associações empresariais, sociedades anônimas e outras empresas podem, com autorização governamental, estabelecer armazéns de trânsito através do fornecimento prévio de garantia.

As estruturas de armazenagem descritas, a seguir, são apenas supervisionadas pela alfândega. Diferem das anteriores pelo fato de que a legislação permite a qualquer indústria operar dentro de seus limites.

Na região de Lisboa existem armazéns alfandegários (entrepósitos) para o armazenamento de produtos a serem, posteriormente, destinados ao mercado interno ou à exportação. As mercadorias podem permanecer nesses entrepostos simples por prazo ilimitado, exceto quando se tratar de bens perecíveis ou de explosivos e produtos perigosos, caso em que a alfândega pode limitar o período de permanência ou mesmo impedi-la.

Sua primeira função é a de armazenagem, embora, residualmente, neles se possam desenvolver operações de aperfeiçoamento ativo simples (montagem, entrepostagem, amostragem, combinação, mistura, seleção, embalagem e manipulação de produtos). O controle desses entrepostos é realizado através da contabilidade dos estoques.

A legislação portuguesa também prevê a existência de entrepostos francos, dentro dos quais se podem desenvolver, prioritariamente, operações de aperfeiçoamento ativo, utilizando insumos de origem nacional ou estrangeira para produzir bens destinados à exportação. Se, posteriormente, forem destinados ao mercado interno, tais produtos devem ser objeto de processo alfandegário. Esses entrepostos estão sob fiscalização permanente.

Uma terceira modalidade de regime especial é a das zonas francas. Teoricamente, Portugal conta, hoje, com duas zo-

nas francas, localizadas nas Ilhas da Madeira e de Santa Maria (no Arquipélago dos Açores), embora, na prática, esta última se encontre desativada. A zona franca da Madeira reúne todo um conjunto de atividades comerciais e de serviços (com destaque para os serviços financeiros), com isenção de tributação, operando em conformidade com as normas e incentivos em vigor na União Européia. Quando da reexportação para o território da União Européia, as mercadorias em causa terão que pagar os direitos e impostos devidos.

Quanto aos custos médios desses regimes, é importante salientar que só serão pagos nos entrepostos privados, já que, nos públicos, não existe qualquer pagamento.

Importações em consignação

As importações em consignação consistem na remessa de mercadorias, enviadas por um comerciante a outro, para que este as venda, mediante a percepção de comissão.

As mercadorias importadas em consignação estão cobertas por um regime especial, que lhes permite isenção total de direitos e outras taxas, mas não dispensa garantia à entrada em livre circulação. As mercadorias têm, então, prazo de permanência de seis semanas, após esse prazo a empresa deverá consultar a alfândega para identificação do regime (ou será notificada a fazê-lo).

As remessas a contento também encontram-se nessa situação (caso das vendas por catálogo, em que o comprador dispõe de seis semanas para analisar se o produto lhe agrada). A diferença entre as mercadorias vendidas e as devolvidas corresponderá à proporção de direitos a pagar e à correspondente liberação da garantia.

Aperfeiçoamento ativo e drawback.

O regime de aperfeiçoamento ativo suspensivo (processing relief), previsto na regulamentação da União Européia, é o sistema através do qual mercadorias destinadas a transforma-



ção, processamento, montagem ou acabamento final podem ser introduzidas em país-membro da União, com suspensão de direitos de importação (inclusive eventuais direitos compensatórios) e demais taxas, para posterior exportação do produto final para fora do território. A entrada de mercadorias sob esse regime está, no entanto, sujeita à cobertura por garantia bancária. Já no caso do drawback, os direitos aduaneiros e IVA são pagos na entrada, e reembolsados na saída da mercadoria, após operadas as transformações.

A importação sob regime de aperfeiçoamento ativo suspensivo pode originar-se de terceiros países ou provir de armazém alfandegário na União Européia. Da mesma forma, os produtos resultantes poderão ser reexportados, colocados em armazém alfandegário ou zona franca em país-membro desse bloco econômico, ou encaminhados para trânsito com destino final fora da União Européia.

As operações de aperfeiçoamento e o transporte das mercadorias são supervisionadas pela alfândega.

Admissão temporária

As mercadorias importadas sob o regime de admissão temporária devem ser reexportadas, como regra, no prazo de seis meses. Poderá ser concedida prorrogação de até 24 meses, quando do apuramento do regime por parte do importador. É exigida garantia junto às autoridades alfandegárias, a qual é devolvida ou cancelada no momento da reexportação das mercadorias.

Caso a admissão temporária de mercadorias seja solicitada por uma entidade pública (ou por uma embaixada), a operação estará isenta da garantia.

Mercadorias em trânsito

Em virtude da regulamentação da União Européia, as mercadorias comunitárias, ou seja, aquelas originárias de um país-membro ou as importadas que tenham sido colocadas em livre circulação no território do país de entrada, podem normalmente

circular de um país-membro para outro. É esse o processo de trânsito comunitário (Community Transit - CT), efetuado através do certificado, para produtos oriundos de terceiros países, e para os comunitários que atravessarem um país da Associação Européia de Comércio Livre.

Antes de colocar as mercadorias em trânsito, deve ser solicitada à alfândega a operação de trânsito e efetuada a respectiva garantia. O transporte das mercadorias deve, então, ser acompanhado do certificado T1, com referência do destino, das mercadorias em trânsito (quantidade e qualidade) e do prazo para transporte. Se viajarem por via marítima ou ainda não estiverem em livre circulação (depósito temporário), as mercadorias expressamente marcadas em trânsito podem permanecer sob este regime durante 45 dias (eventualmente prorrogáveis por igual período).

Com a chegada das mercadorias ao posto do destino, será realizado seu controle físico e, se estiverem de acordo com o certificado, é liberada a garantia. Caso os produtos sejam alocados para consumo dentro da União Européia, deverá então ser concretizado o pagamento dos direitos e impostos devidos, apenas no país de destino.

As informações contidas neste capítulo poderão ser complementadas e atualizadas junto à Divisão de Informação Comercial - DIC e ao Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX (ver anexo I).



VI - ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

1. Canais de distribuição

Estrutura geral

Ao longo dos últimos anos, a distribuição em Portugal tem evoluído com o aumento da participação das grandes superfícies de consumo - hipermercados e supermercados. Essa tendência, que foi marcante no início dos anos 90, poderá manter-se, embora atenuada pelas características do mercado e do consumo local, que reparte as suas preferências entre o padrão impessoal dos grandes supermercados e o sistema convencional das lojas e estabelecimentos comerciais de pequena dimensão. Deve-se salientar, também, a paulatina implantação de novos métodos de distribuição no mercado português, tais como as vendas por catálogo, internet e telemarketing, em especial para bens de consumo. Essas características possibilitam o surgimento de diversas alternativas de acesso ao sistema de distribuição em Portugal, cujo conhecimento detalhado é fator fundamental para colocação bem sucedida de produtos no mercado em questão.

A maior parte da distribuição/comercialização no mercado português é garantida por grandes e médios supermercados, que adquirem produtos nos mercados interno e externo, por meio de centrais de compras exclusivas, capacitadas a atuar também como importadores. Podem, ainda, abastecer-se diretamente junto a produtores nacionais e a exportadores de outros países, sem interferência de terceiros. Os agentes, representantes, atacadistas e importadores em geral de outros países, costumam manter relacionamento estreito com aquelas centrais de compras e administrações, com vistas à colocação de seus produtos no circuito de distribuição utilizado pelas grandes superfícies. Setor importante da distribuição no país é o atacadista-armazenador, cuja atuação inclui armazenagem, manutenção, controle de estoques, organização de armazéns em pontos de venda, tratamento de encomendas, acondicionamento de certos produtos, transporte para pontos de venda, promoção parcial e desemba-

raço alfandegário, no caso de mercadorias importadas.

As importações portuguesas processam-se através de diversos canais, dentre os quais se destacam:

- Agentes comerciais, representantes, dealers e brokers: são bastante numerosos e espalhados por todo o país. Agentes comissionados, quer pelo exportador, quer pelo importador. Trata-se, em geral, de pequenas empresas ou empresários individuais, atuando por conta própria, ou em regime de exclusividade, por contrato, com organizações distribuidoras e importadoras de maior porte. Mantêm contatos e parcerias internacionais, desempenhando função de agentes de compras ou de vendas em mercado global. Muitos deles estão capacitados a contratar importações/exportações com empresas de outros países.

- Importadores-atacadistas: sob esse título classificam-se as centrais de compras antes referidas e armazenadores. Atuam muitas vezes em regime de representação exclusiva e, outras vezes, dispõem de armazéns próprios e rede de vendas diretas. Distribuem seus produtos entre pontos de venda no país e lojas de departamentos.

- Importadores-varejistas: são empresas de pequena dimensão, incluindo lojas de departamento, que importam diretamente do exterior e vendem sob marca própria ou estrangeira. Sua área de atuação abrange bens de consumo, especialmente, têxteis e alimentos.

- Empresas industriais: são responsáveis por grande parte da importação de matérias-primas, de bens intermediários e de bens de capital. Compram seus produtos diretamente do exterior, ou através de agentes e representantes de produtores estrangeiros no país. As empresas públicas incluem-se nesta classificação.

Canais recomendados

Atualmente, mais de 70% das exportações brasileiras para Portugal são constituídas de insumos básicos e intermediários, destinados a indústrias locais, em particular de calçados, de óleos alimentícios, do ramo mobiliário, têxteis e siderúrgicas.



Os canais utilizados pelos exportadores brasileiros daqueles produtos têm sido a exportação direta aos fabricantes e a venda via agentes e representantes, processos que se vêm revelando plenamente eficientes.

A diversificação relativa da pauta brasileira de exportações para Portugal nos últimos anos, com o aumento do peso de produtos manufaturados e industrializados, associada à introdução de novos processos de venda e de distribuição e ao incremento da concorrência internacional, recomenda a escolha criteriosa de canais adequados aos produtos exportáveis. O contrato de agenciamento ou de representação, tendo em vista as suas vantagens, poderá constituir-se em canal indicado para grande parte de mercadorias exportáveis para Portugal. Além de os agentes e representantes deterem profundo conhecimento do mercado comprador e de suas características, estão em permanente contato com potenciais compradores, desenvolvendo, junto a estes, valiosa ação de prospecção e promoção.

Agentes comerciais, dealers e brokers dedicam-se, muitas vezes, ao comércio de matérias-primas e de bens intermediários. Sua ação desenvolve-se junto a compradores industriais, com quem o contato pode ser útil a fornecedores brasileiros voltados para o mercado internacional.

Os importadores-atacadistas e armazenadores, bem como as centrais de compras de supermercados e hipermercados, constituem grupos importantes para produtos que exigem estratégias de marketing. As centrais de compras são pessoas jurídicas que preferem atuar em regime de distribuição exclusiva de produtos selecionados e com forte componente de competitividade, dedicando-se normalmente à importação de bens de consumo.

O comportamento usual das centrais de compras é o da importação pelo melhor preço ofertado e melhores condições e prazo de entrega, seja diretamente da empresa exportadora, seja por meio de contatos com agentes comerciais.

Já os importadores-varejistas, empresas de menor dimensão, importam bens de consumo em quantidades relativamente pequenas e requerem representação exclusiva. Produtos e artigos, cuja presença eficiente no mercado dependa de assistência

pós-venda, podem ter nesse tipo de importadores o veículo mais apropriado para sua promoção.

O contrato de representação, formulado em termos claros e objetivos, contendo cláusulas específicas de exclusividade e de solução de controvérsias, é o instrumento recomendado para empresas envolvidas no comércio internacional de produtos industrializados.

Compras governamentais

As compras governamentais em Portugal são efetuadas de acordo com legislação específica, compatível com a que vigora na União Européia. O fornecimento de bens de consumo à administração central, passa pela Direção de Serviços de Aproveitamento Público, do Ministério das Finanças, que abre licitação pública para o fornecimento de produtos diversos (equipamentos de escritório, software e hardware informático, fotocopiadoras e duplicadoras, faxes, papel, redes móveis, farmamentos, combustíveis e veículos). Os termos da concorrência são publicados no Diário da República (www.dre.pt), no Jornal Oficial das Comunidades Européias, no Diário de Notícias e no Jornal de Notícias. Os fornecedores são selecionados com base em critérios técnicos e econômicos, podendo estabelecer acordo de fornecimento com o Estado, por um período de 1 a 3 anos.

Já os fornecimentos a empresas públicas e à administração local poderão ser feitos por intermédio da Direção de Serviços de Aproveitamento Público, ou diretamente junto à administração central. Quanto às concorrências públicas de projetos de engenharia, construção, comunicações e energia no país, sua divulgação e administração passam pelo Conselho de Mercado e Obras Públicas do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação sendo o processo semelhante ao acima descrito. No entanto, se o projeto alvo de concorrência for co-financiado por fundos comunitários, as empresas concorrentes estrangeiras deverão participar em associação com empresa comunitária.



2. Promoção de vendas

Considerações gerais

As condições para cobertura de custos promocionais pelas empresas exportadora e importadora deverão ser, em geral, estabelecidas em contrato de representação ou de agenciamento e dependerão de diversos fatores, tais como: nível de comprometimento da representação; prazo estabelecido no contrato; e cláusula de valores mínimos de investimento promocional por períodos de tempo.

Feiras e exposições

Em Lisboa, a Associação Industrial Portuguesa é a entidade que se encarrega da promoção e realização de feiras internacionais e nacionais. Suas instalações estão preparadas para a realização simultânea de diversos eventos (exposições, convenções, etc.). A Associação Empresarial de Portugal (ex-Associação Industrial Portuense, organização semelhante para a região norte do país) conta com o complexo EXPONOR, nos arredores da cidade do Porto, para a realização de feiras e convenções. Esses espaços têm proliferado por todo o país e, grande parte das vezes, encontram-se vinculados a associações empresariais de caráter regional.

As feiras de âmbito internacional aparecem como meio eficaz de promoção para produtos com possibilidades de penetração no mercado.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido representado na Feira BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), por intermédio da Embratur e de representações de estados. São vários, porém, os eventos em que se destaca a participação brasileira, como nas áreas da informática, vestuário e moda, artesanato, cosméticos, entre outras.

O regime alfandegário das mercadorias a serem exibidas em feiras é o da admissão temporária, sendo o prazo limite de permanência de seis meses. A Associação Industrial Portuguesa e a Associação Empresarial de Portugal contam com departa-

mento específico, habilitado para o tratamento de mercadorias em trânsito no país, destinadas a exposições.

Um calendário sucinto das principais feiras encontra-se no item 6 dos anexos.

Veículos publicitários

O principal meio de promoção de produtos é a televisão. São raros os artigos de consumo final que não se apresentam ao mercado consumidor através desse veículo. Desde 1992, Portugal conta com quatro canais de televisão, sendo que dois deles pertencem ao Estado. O conseqüente aumento da concorrência contribuiu para a diminuição dos preços relativos desse veículo publicitário, bem como para melhoria da qualidade dos métodos utilizados.

A imprensa constitui o segundo principal veículo promocional em termos de volume de investimento publicitário no país, com destaque para as publicações comerciais e técnicas e, em menor grau, para os jornais. Se os jornais são o meio utilizado preferencialmente por empresas de serviços, seguros, bancos, instituições oficiais e empresas produtoras de bens convencionais (refrigerantes, eletrodomésticos, computadores, livros, entre outros), as publicações especializadas, por sua vez, permitem atingir segmentos mais específicos do mercado.

O rádio também aparece como recurso amplamente utilizado, tendo em vista o grande número de emissoras presentes no mercado e o custo relativamente baixo desse tipo de veículo publicitário. Empresas de serviços das mais variadas naturezas, bem como indústrias, lojas e redes de distribuição utilizam intensamente o rádio para divulgação.

Outros veículos publicitários, como os outdoors e o cinema, têm conquistado espaço no panorama publicitário português. As malas-diretas são utilizadas particularmente para a promoção de serviços ou de produtos de consumo durável em fase de lançamento, enquanto a distribuição de panfletos é aplicada, com freqüência, pelos grandes distribuidores, super e hipermercados, para campanhas promocionais de preços.

No anexo I, item 7, encontram-se relacionados os princi-



pais meios de comunicação.

Consultoria de marketing

Quando uma empresa decide atuar no mercado externo, não pode deixar de realizar estudo de mercado aprofundado, que deverá incluir análise do contexto normativo, econômico e social do local de implementação do negócio, bem como análise quantitativa e qualitativa dos consumidores e da concorrência.

Na impossibilidade de enviar especialistas para o campo de trabalho, a empresa brasileira poderá recorrer a empresas de consultoria de marketing, capacitadas para elaborar estudos de mercado e formular estratégias de inserção, no mercado português, do produto/serviço brasileiro.

3. Práticas comerciais

Negociações e contratos de importação

O idioma utilizado no relacionamento comercial Brasil-Portugal é o português. Geralmente, as comunicações entre empresas são realizadas via fax, mas também através de processos convencionais, como correspondência postal e telex, além do correio eletrônico. Os compromissos assumidos através dessas vias resumem-se, muitas vezes, à consulta ou pedido de oferta por parte do importador potencial, cuja resposta poderá indicar as condições de venda do comerciante interessado em exportar, possuindo, então, força de contrato. No entanto, transações que envolvam grandes quantidades ou montantes elevados, ou que impliquem o escalonamento de embarques e transportes, são feitas com base em contratos formais, celebrados após troca de correspondência tendente ao fechamento de um acordo de agenciamento, de representação ou de execução de negócio específico. Esses contratos, redigidos de acordo com as mercadorias objeto de contratação e com a legislação de um dos dois países contratantes, assemelham-se a contratos de compra e venda. Os importadores portugueses preferem cotações cif (cus-

tos, seguro e frete) ou c&f (custos e frete), apresentadas, em geral, em dólares norte-americanos, em marcos alemães ou euros (utilizados sobretudo para transações no território europeu). Relativamente aos portos, os de Lisboa, Sines ou Leixões são os preferidos dos importadores. Quanto às condições de pagamento, a carta de crédito e as ordens de pagamento à vista ou a prazo são as formas mais comuns.

O cumprimento de prazos de entrega constitui fator importante para o êxito de negócios com os agentes econômicos portugueses. Da mesma forma, valorizam bastante a pronta resposta à correspondência e o cumprimento estrito do preceituado em contratos. De modo geral, as relações comerciais das empresas portuguesas com suas homólogas estrangeiras têm por base o interesse em desenvolver fluxo rentável de negócios, sob o primado da cordialidade e do bom entendimento.

Designação dos agentes

O agente é um dos intermediários mais comuns no mercado de exportação. A propriedade do produto não é transmitida a ele, pois atua apenas como representante da empresa no mercado escolhido. O agente vende, promove e assegura serviços vários, como o controle de créditos em nome do exportador no mercado e normalmente, recebe comissão de 5 a 10%.

Os contratos devem ser escritos e o tipo de colaboração deve ser bem especificado. O grau de exclusividade do agente depende do estabelecido entre as partes. A designação de agentes é recomendável, em especial, para bens de capital, de consumo durável ou produtos intermediários. Sua contratação poderá ser de grande valia, já que poderá facilitar a análise do mercado. Entretanto, o exportador deve ter o cuidado de não nomeá-lo sem informações cadastrais prévias. Dentre essas informações, incluem-se: tipo de sociedade; volume de negócios; sociedades já representadas; informações comerciais; instalações; organização da distribuição; informações bancárias e possibilidades financeiras.



Abertura de escritório de representação comercial

A abertura de escritório de representação comercial é recomendada a empresas que pretendam distribuir seus produtos a diversos países da União Européia. O recurso a essa alternativa não tem sido usual por parte de empresas brasileiras, as quais têm preferido manter representantes do próprio país ou agentes exclusivos. De qualquer forma, a instalação de escritório de representação é regulamentada pela legislação do investimento estrangeiro. O investidor estrangeiro pode estabelecer-se, livremente, em qualquer setor econômico aberto ao capital privado, exceto em atividades passíveis de afetar a saúde e a ordem públicas, a segurança nacional ou em atividades relacionadas com a indústria do armamento. Nesse caso, é necessária aprovação prévia por parte das entidades competentes. O Decreto-Lei nº 203/2003, de 10 de setembro de 2003, criou o regime contratual único para os grandes projetos de investimento, de origem nacional e estrangeira, e revogou o regime de registro de operações de investimento estrangeiro, pondo termo ao tratamento diferenciado do investimento estrangeiro face ao investimento nacional.

O capital mínimo para abertura de empresas situa-se entre 5.000 euros e 50.000 euros, conforme se trate de sociedade por quotas ou de sociedade anônima. Os processos de constituição, alteração ou extinção de empresas são tramitados nos "Centros de Formalidades das Empresas (CFE)", que concentram num único local delegações ou extensões dos serviços ou organismos da administração pública portuguesa que intervêm naqueles processos. Nos CFE é possível constituir sociedades comerciais na forma de sociedades por quotas (Ltdas), sociedades unipessoais por quotas, sociedades anônimas (SA), sociedades em comandita e sociedades em nome coletivo.

Existem atualmente duas formas de abertura: a tradicional e a "Empresa na hora", por intermédio da qual é possível constituir sociedades unipessoais por quotas, sociedades por quotas e sociedades anônimas num único balcão e de forma imediata.

A forma de criação mais expedita é atualmente a "Empresa na hora". Para tal é necessário escolher uma firma da lista de

firmas pré-aprovadas (disponível no sítio www.empresanahora.mj.pt) ou consultando a lista facultada no balcão de atendimento.

O custo de constituição de uma "Empresa na hora" é de € 360 (ano de 2006), montante que poderá ser reduzido em € 60 quando a atividade principal da sociedade seja classificada como atividade informática ou conexas ou investigação e desenvolvimento. A estes custos acresce imposto de selo sobre o valor do capital social, à taxa de 0,4%. Mais pormenores poderão ser consultados no sítio acima mencionado.

Caso os futuros sócios da empresa a criar não desejem limitar-se às firmas pré-aprovadas, deverão enveredar pelo processo tradicional de abertura, estando sujeitos à aprovação da firma proposta e necessitando, ao contrário do processo de "Empresa na hora", de realização de escritura pública. Os passos a dar poderão ser consultados em www.cfe.iapmei.pt. Dada a maior complexidade do processo, sugere-se realizar uma estimativa de custos no simulador de custos, disponível naquele sítio.

Genericamente, após constituição de empresa em Portugal, esta será de direito português, independentemente da origem do capital, tendo as mesmas obrigações e direitos que todas as outras empresas portuguesas, incluindo a possibilidade de candidatar-se a programas de apoio e incentivo ao investimento (informação disponível em www.iapmei.pt).

Seguros de transportes

Não há, em Portugal, obrigatoriedade de seguro de mercadoria importada. A decisão dos agentes econômicos pelo seguro de transporte é tomada segundo a conveniência e disponibilidade financeiras. Dessa forma, dependendo do tipo de produto, seu meio de transporte, sua perecibilidade e outras características, será, ou não, contratado o seguro. Em geral, os importadores locais preferem comprar a mercadoria com transporte segurado, mesmo que isto represente aumento do custo final. Serão poucas as situações em que o seguro será dis-



pensado. A cláusula de obrigatoriedade de seguro de transporte poderá mesmo constar de contratos de representação ou de importação. Em caso de importações abrangidas por financiamento bancário, a entidade financiadora obriga a contratação de seguro de transporte e supervisão de embarque.

Supervisão de embarques

Não existe, em Portugal, instrumento legal que obrigue a supervisão de embarque ou de desembarque. No entanto, de acordo com o tipo de mercadoria, ou segundo as normas de contratos de exportação eventualmente firmados com empresa estrangeira, o importador poderá requerer a supervisão de embarque, que ficará a cargo do exportador. Nesse caso, a empresa exportadora deverá providenciar o certificado respectivo de qualidade, que será anexado à documentação relativa aos produtos embarcados.

Financiamento das importações

Atualmente, vigoram, em Portugal, diversos sistemas de incentivos que podem abranger o financiamento de importações.

O "Programa Operacional de Economia" é um esquema de incentivos integrado ao "III Quadro Comunitário de Apoio da União Européia", que vigora de 2000 a 2006. Pretende assegurar o aumento contínuo da competitividade da indústria portuguesa, por meio da modernização, diversificação e internacionalização das empresas. Os incentivos podem contemplar a aquisição de equipamentos ou serviços de consultoria ou formação profissional, entre outros investimentos, passíveis de co-participação. Os projetos poderão conter vertente de importação de bens de capital, de bens intermediários ou de serviços, e, nesse caso, a importação é parcialmente financiada.

Os bancos portugueses também oferecem crédito à importação para empresas industriais de sólida capacidade. A tomada de crédito bancário comum, todavia, como fator indutor

de aumento de custos, é recurso a que as empresas apelam em situações especiais.

As empresas podem ainda recorrer ao financiamento externo de suas importações, através de bancos em outros países.

Litígios e arbitragem comercial

No caso de existirem contratos formalizados, esses deverão ser feitos com base na legislação brasileira ou na portuguesa, pelo que devem incluir uma cláusula de resolução de litígios, com referência ao respectivo foro.

Em caso de desacordo, não cumprimento do contrato ou inexistência de cláusula formal para solução de litígios, as partes envolvidas poderão tentar resolver o problema através de acordo amistoso. Se o problema persistir têm, então, três vias: a gestão diplomática; a arbitragem internacional; ou o processo judicial, em local escolhido pelas partes, à luz das regras do direito internacional privado.

A gestão diplomática consiste na mediação, por parte do Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa, junto às empresas portuguesas faltosas, em nome do queixoso brasileiro. Esse processo pode iniciar-se através da apresentação de reclamação comercial à Divisão de Informação Comercial do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil. A questão poderá submeter-se, igualmente, à decisão de um ou mais árbitros nomeados por entidade de arbitragem (que poderá ser a Câmara de Comércio Internacional).



VII - RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS

1. Aproveitamento das facilidades decorrentes de regimes especiais

A importação portuguesa de várias mercadorias é beneficiada pela isenção ou redução de direitos aduaneiros, de acordo com diversos regulamentos da União Européia. Os exportadores brasileiros poderão obter informações sobre essas mercadorias junto ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa ou à Divisão de Informação Comercial (DIC) do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

Os empresários que pretendem colocar seus produtos no mercado português poderão aproveitar as vantagens proporcionadas ao Brasil, no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP), da União Européia.

2. Informações atualizadas sobre tarifas e regulamentação de importação

Os exportadores brasileiros poderão obter informações sobre tarifas e regulamentação de importação junto à Divisão de Informação Comercial (DIC) do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, ou ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa.

Informações atualizadas sobre o regime tarifário e a regulamentação de importações em Portugal são fator importante para o sucesso da proposta de venda. O importador português é normalmente minucioso e, como qualquer outro, busca obter todas as vantagens possíveis nas negociações. Conhecer o valor dos direitos aplicáveis a seu produto poderá ser de grande valia para o exportador brasileiro fixar o preço final.

3. Remessa de amostras e de material publicitário

As amostras sem valor comercial, catálogos e publicações, destinadas a orientar pedidos de compra, são livres de direitos.

É sempre recomendável a remessa de catálogos aos importadores, de preferência, em português, contendo claras especificações. O catálogo é, para muitos importadores, o espelho do produto e da empresa.

4. Embarques, documentação e formalidades no Brasil

O exportador brasileiro deverá providenciar os documentos necessários para que o importador português possa retirar as mercadorias, tais como:

- fatura comercial, com todas as especificações dos produtos;
- certificado de origem, emitido pela câmara de comércio ou pelas repartições consulares de Portugal no Brasil;
- certificado fitossanitário, zoossanitário ou de qualidade (quando exigido); e
- comprovante de pagamento de seguro, no caso da exportação na modalidade cif.

5. Canais de distribuição

O mercado português caracteriza-se pela intensa concorrência entre fornecedores estrangeiros. Desse modo, a escolha do canal mais apropriado para introduzir o produto brasileiro nesse mercado é de primordial importância. Para grande parte dos produtos manufaturados, os importadores-atacadistas, com rede de distribuição própria, serão os mais indicados. A designação de agentes é recomendável, em especial, para bens de capital, bens de consumo durável ou produtos intermediários. Nesses casos, recomenda-se verificar a possibilidade de estoca-



gem de pequenas quantidades ou de algumas unidades para fins de demonstração.

No caso da introdução de novos produtos no mercado português, os canais de distribuição mais convenientes são supermercados (ou suas centrais de compras) e importadores-atacadistas, principalmente para produtos alimentícios e manufaturados leves. Para os manufaturados em geral, é conveniente observar algumas outras recomendações:

- a) prontas respostas a consultas;
- b) preços cotados preferencialmente cif, em dólares norte-americanos;
- c) preços estáveis, na medida do possível;
- d) estimativa de prazo de transporte, com indicação de custos de frete aéreo alternativo;
- e) cumprimento dos prazos de entrega;
- f) observância de especificações de quantidade e qualidade constantes dos contratos; e
- g) assistência efetiva após a venda.

6. Promoção de produtos

Às empresas brasileiras que pretendem comercializar seu produto em Portugal recomenda-se realizar estudo de mercado, para contemplar a promoção de produtos nas suas mais variadas vertentes. A consulta às empresas de índices de audiência dos veículos publicitários permitirá a adequação da estratégia de promoção da empresa ao mercado português.

O recurso a feiras e exposições setoriais representa, igualmente, meio eficaz de promoção, no momento em que o produto apresenta possibilidades de penetração no mercado.

As condições para a cobertura de custos promocionais pelas empresas exportadora e importadora deverão ser, em geral, estabelecidas em contrato de representação ou de agenciamento e dependerão de diversos fatores, tais como: nível de comprometimento da representação; prazo estabelecido no contrato; e cláusula de valores mínimos por períodos de tempo.

7. Prospecção de mercado e identificação de importadores

A identificação de importadores para um produto específico poderá ser feita através de contato com a Divisão de Informação Comercial (DIC) do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, que recebe, sistematicamente, solicitações de importadores portugueses, ou com o Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa, capacitado a efetuar pesquisa genérica das condições de mercado, ou, ainda, na internet, no site da BrazilTradeNet (www.braziltradenet.gov.br).

Caso necessite de informações aprofundadas, o exportador poderá contratar os serviços de empresas portuguesas especializadas em consultoria de marketing, algumas delas citadas no anexo I, item 8. A BrazilTradeNet oferece, ademais, pesquisas de mercado de produtos específicos.

8. Práticas comerciais

Portugal tem longa tradição de comércio internacional. A língua comum torna ainda mais fáceis as negociações com empresários portugueses. Esses, individualmente ou integrados em missões, deslocam-se freqüentemente ao Brasil, sendo, portanto, útil inserir, na correspondência com os mesmos, convite para que visitem a empresa brasileira exportadora.

9. Designação de agentes e instalação de escritórios locais de empresas brasileiras

A contratação dos serviços de um agente poderá ser de grande valia, facilitando a análise do mercado. Entretanto, o exportador deve ter o cuidado de designá-lo somente após obter informações cadastrais. É útil indagar se o mesmo não representa outros exportadores concorrentes.

É sempre conveniente a negociação prévia para designação de agentes, a fim de evitar agenciamento em cadeia, o



qual ocorre quando uma oportunidade comercial é detectada e passa de um agente para outro até o fornecedor brasileiro, cada um daqueles reclamando comissões que oscilam de 1% a 5 % sobre o preço da mercadoria. Por isso, a seleção do agente ou representante deve ser minuciosa.

No que se refere à abertura de escritório local, a empresa brasileira poderá recorrer aos Centros de Formalidades das Empresas, instalados em Lisboa e no Porto, Coimbra, Braga, Setúbal, Covilhã e Loulé. Esses centros são delegações ou extensões dos vários serviços e organismos da administração pública para a abertura de empresas e a utilização deles diminui consideravelmente o tempo de duração habitual do processo para abertura de escritório.

10. Práticas usuais em relação a reclamações, litígios e arbitragem comercial

Em caso de reclamações e litígios comerciais, a empresa brasileira poderá apresentá-los diretamente ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa ou à Divisão de Informação Comercial do Ministério das Relações Exteriores, para as averiguações necessárias. Em caso de resposta não satisfatória para a empresa reclamante ou da inexistência de cláusula de solução de disputas em contrato, deverá, a reclamante, estabelecer contato com a Câmara de Comércio de seu Estado, que encaminhará a questão à respectiva instância internacional, que, por sua vez, fará a arbitragem.

11. Viagens a negócios

Recomenda-se ao exportador brasileiro que pretenda estabelecer contatos pessoais no mercado português, a preparação prévia de sua viagem e a consideração, entre outros, dos seguintes fatores:

a) os meses de julho a meados de setembro são desacon-

selháveis por coincidirem com o período de férias de verão;

b) os principais feriados portugueses são 1º de janeiro, 25 de abril, 1º de maio, 10 e 13 de junho, 15 de agosto, 5 de outubro, 1º de novembro, 1º, 8 e 25 de dezembro; e

c) é indispensável fazer reserva de hotel, através de agências de viagem ou das próprias companhias de transporte aéreo.

12. Assistência profissional

a) Setor de Promoção Comercial

O Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa, poderá prestar assistência às empresas brasileiras, principalmente no que diz respeito a estudos de mercado de objetivo limitado; nomes e endereços de importadores portugueses; dados estatísticos e informações atualizadas sobre tarifas e regulamentação aduaneira; apoio para participação em exposições patrocinadas pelo Ministério das Relações Exteriores e fornecimento de relação de importadores por produto.

b) Bancos brasileiros

O Banco do Brasil possui agências em Lisboa, Porto e Cascais, poderá fornecer informações sobre linhas de crédito existentes para financiamentos de importações de produtos brasileiros ou sobre tipos de financiamento concedidos pela rede bancária comercial local.

c) Entidade ou associações de classe

Os exportadores brasileiros podem contar com os serviços da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira e da Associação Comercial de Lisboa. Há várias entidades de classe que, em caso de necessidade, poderão também ser consultadas.



ANEXOS

I - Endereços

1. Órgãos oficiais

1.1 Em Portugal

a) Representação diplomática e consular brasileira

Embaixada do Brasil e Setor de Promoção Comercial (SECOM)

Estrada das Laranjeiras, 144
1649-021 Lisboa

Tel.: +351 (21) 724 8510 (geral)
Fax: +351 (21) 726-1827 (SECOM)
Fax: +351 (21) 726 7623 (geral)
E-mail: geral@embaixadodobrasil.pt
E-mail: secom@embaixadodobrasil.pt
Homepage: www.embaixadodobrasil.pt/

Consulado-Geral do Brasil em Lisboa
Praça Luís de Camões, 22 - 1º andar
1200 Lisboa

Tel.: +351 (21) 347 3565
Fax: +351 (21) 347 3926
Telex: +351 (21) 61736
E-mail: conbrlsp@mail.telepac.pt
Homepage: www.consulado-brasil.pt

Consulado-Geral do Brasil no Porto
Avenida de França, 20 - 1º andar
4050-275 Porto

Tel.: +351 (22) 608 4070
Fax: +351 (22) 600 1893
E-mail: cgporto@mail.telepac.pt
Homepage: www.consuladobrasilporto.com

Jurisdição: Províncias do Minho, Douro Litoral, Alto Douro, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Litoral e Distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu, Aveiro e Coimbra.

b) Órgãos oficiais portugueses de interesse para empresários brasileiros

Banco de Portugal
R. do Comércio, 148
1100 Lisboa
Tel.: +351 (21) 313 0000
Fax: +351 (21) 314 3938
Homepage: www.bportugal.pt

Ministério das Finanças
Av. Infante D. Henrique nº 1
1149-009 Lisboa Codex
Tel.: +351 (21) 881 6800
Fax: +351 (21) 886 2360
Homepage: www.dgt.pt (direção-geral do tesouro)
E-mail: relacoes.publicas@sgmf.pt

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas
Praça do Comércio
1100 Lisboa
Tel.: +351 (21) 323 4600
Fax: +351 (21) 347 3798
Homepage: www.min-agricultura.pt

Ministério da Economia
Av. da República nº 79
1600 Lisboa
Tel.: +351 (21) 791 1600
Fax: +351 (21) 793 0508
Homepage: www.min-economia.pt/



Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações
Rua Saraiva Carvalho 2, Lisboa
1100 Lisboa
Tel.: +351 (21) 396 6786
Fax: +351 (21) 886 4964
Homepage: www.min-plan.pt

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
antiga Direcção-Geral de Relações Económicas Internacionais do Ministério da Economia
Rua da Alfândega, Ed da Alfândega
1100 Lisboa
Tel.: +351 (21) 881 3700
Fax: +351 (21) 840 9028
E-mail: dgaiec@dgaiec.min-financas.pt

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
Rua Rodrigo da Fonseca, 73
1269 - 158 LISBOA
Tel.: +351 (21)383 6000
Fax: +351 (21) 383 6283
Homepage: www.iapmei.pt

Centro de Formalidades das Empresas - Lisboa
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 86
1070 - 063 Lisboa
Tel.: +351 (21) 723 2300
Fax: +351 (21) 723 2323
Homepage: www.cfe.iapmei.pt

ICEP Portugal - Instituto das Empresas para os Mercados Externos
Av. 5 de Outubro, 101/2
1050 Lisboa
Tel.: +351 (21) 790 9500

Fax: +351 (21) 796 1176
Homepage: www.icep.pt

Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Campo das Cebolas
1149-035 Lisboa
Tel.: +351 (21) 882 5075
Fax: +351 (21) 886 9859
Homepage: www.inpi.pt

Instituto Português da Qualidade
Rua António Gião 2
2825 -513 Monte da Caparica
Tel.: +351 (21) 294 8100
Fax: +351 (21) 294 8001
E-mail: ipq@mail.ipq.pt
Homepage: <http://www.ipq.pt>

Direcção-Geral das Alfândegas
R. da Alfândega
1100 Lisboa
Tel.: +351 (21) 886 8185
Fax: +351 (21) 887 8335

Direcção-Geral de Veterinária
Largo Academia N B Artes 2 -3º
1249-105 Lisboa
Tel.: +351 (21) 323 9500
Fax: +351 (21) 343 0311
Homepage: www.dgv.min-agricultura.pt

1.2 No Brasil

a) Representação diplomática e consular de Portugal

Embaixada de Portugal
SES - Av. das Nações, lote 2 - Q.801
70402-900 Brasília - DF



Portugal

Tel.: (61) 3032 9600
 Fax: (61) 3032 9642
 E-mail: embaixadadeportugal@embaixadadeportugal.org.br
 Homepage: www.embaixadadeportugal.org.br

Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro
 Av. Marechal Câmara, 160, sala 1809,
 Ed. Orly - Centro
 20020-080 Rio de Janeiro - RJ
 Tel: (21) 2544 2444
 Fax: (21) 2544 3382
 E-mail: mail@cgrio.dgaccp.pt

Consulado-Geral de Portugal em São Paulo
 Rua Canadá, 324 - Jardim América
 01436-000 São Paulo - SP
 Tel: (11) 3084 1800
 Fax: (11) 3084 5633
 E-mail: mail@cgspl.dgaccp.pt
 Homepage: www.consuladoporlugal.org.br

Consulado-Geral de Portugal em Salvador
 Av. Tancredo Neves, 1632
 Ed. Salvador Trade Center, Torre Norte, salas 109 a
 113 - Caminho das Árvores
 40030-040 Salvador - BA
 Tel.: (71) 3341 0636 / 3341 1499
 Fax (71) 3341 2796
 E-mail: mail@salvador.dgaccp.pt

Consulado de Portugal em Belém
 Av. Generalíssimo Deodoro, 1683 salas 401 e 403
 66040-140 Belém - PA
 Tel: (91) 3241 9994 / 3241 6666
 Fax: (91) 3241 1181
 E-mail: consptbel@expert.com.br
 Homepage: www.consportbelem.org.br

Consulado de Portugal em Belo Horizonte
 Av. Álvares Cabral 1366 9º andar - Lourdes
 30170-001 Belo Horizonte - MG
 Tel: (31) 3291 8192
 Fax: (31) 3291 8064
 E-mail: mail@cnbel.dgaccp.pt
 Homepage: www.consuladoporlugalmg.org.br

Consulado de Portugal em Curitiba
 Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 20º andar - Centro
 80420-210 Curitiba - PR
 Tel.: (41) 3233 4211
 Fax: (41) 3222 1190
 E-mail: mail@curitiba.dgaccp.pt

Consulado de Portugal em Porto Alegre
 Rua Prof. Annes Dias, 112 10º andar
 90020-090 Porto Alegre - RS
 Tel.: (51) 3061 5767
 Fax: (51) 32280087
 E-mail: mail@cnpal.dgaccp.pt

Consulado de Portugal no Recife
 Av. Eng. Domingos Ferreira, 4060, 6º andar
 51021-040 Recife - PE
 Tel./Fax: (81) 3327 1514

Consulado de Portugal em Santos
 Rua D. Pedro II, 77, 2º andar
 11010-080 Santos - SP
 Tel.: (13) 3219 4230
 Fax: (13) 3219 4197
 E-mail: mail@cnsnt.dgaccp.pt
 Homepage: www.consuladodeportugal-santos.org.br

b) Órgãos oficiais brasileiros

Informações sobre o mercado, inclusive condições de



acesso, importadores locais e oportunidades comerciais:

Divisão de Informação Comercial - DIC
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo I, Sala 513
70170-900 Brasília - DF
Tel.: (61) 3411.8932 / 3411.6668
Fax.: (61) 3411.8954
Homepage: www.braziltradenet.gov.br
E-mail: dic@mre.gov.br

Apoio a viagens e missões de empresários brasileiros ao país ou a missões econômicas e comerciais no Brasil:

Divisão de Operações de Promoção Comercial - DOC
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo I, Sala 427
70190 - 900 Brasília - DF
Tel.: (61) 3411.8531
Fax.: (61) 3411.6077
Homepage: www.braziltradenet.gov.br
E-mail: doc@mre.gov.br

Informações sobre o mercado, documentação e formalidades de embarque; emissão exclusiva de certificados de origem para o Sistema Geral de Preferência:

Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX
Praça Pio X, 54 - 4º andar sala 402
20091 - 040 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2126 1011 / 2126 1292
Homepage: www.desenvolvimento.gov.br

2. Empresas brasileiras

Principais empresas brasileiras presentes em Portugal:

ACJ – Abril Control Jornal
Largo da Lagoa, 15-C
2795-116 Linda a Velha
Tel.: +351 (21) 415 2000
Fax: +351 (21) 416 8701

Banco do Brasil, S.A.
Praça Marquês de Pombal, 16
1269-134 Lisboa
Tel.: +351 (21) 358 5000
Fax: +351 (21) 358 5022

Passeio Carlos Andrade
Teixeira, nº 7 e 8
Edifício Baía Center 2765-409 Cascais – Portugal
Telefones
Geral: +351 (21) 482 2405
Fax: +351 (21) 482 2685

Porto
Av. de França, 256
Porto - Portugal
E-mail: lisboa@bb.com.br

Banco Itaú-Europa, S/A
Rua Tierno Galvan , Torre 3, 11º andar
1070-274 Lisboa
Tel.: +351 (21) 381 1000
Fax: +351 (21) 388 7219

Banctec Informática SA- Grupo Itautech - Philco
Alameda Antonio Sergio, 63 C
2795-024 Linda-a-Velha
Tel.: +351 (21) 414 3845



Fax: +351 (21) 414 3853

Barros, Sobral, G. Gomes e Associados
Rua Braamcamp, 40 - 8º Esq.
1269-013 Lisboa
Tel.: +351 (21) 387 5702
Fax: +351 (21) 387 5743

Bento Pedroso - Construções S.A.
Diretor Financeiro - Dr. Fernando Gois
Apartado 6
Trajouce - 2780 Oeiras
Tel.: +351 (21) 444 9400
Fax: +351 (21) 444 9688
E-mail: webmaster@bpc.pt
Lisboa:
Campo Grande, 28-4º Esq.
1700-093 Lisboa

Boticário - Tudo Azul, Com. de Produtos Naturais
Av. Infante Santo, 23 - 11º andar
1399-048 Lisboa
Tel.: +351 (21) 393 2950
Loja: Centro Comercial Amoreiras
Av. Eng. Duarte Pacheco, Loja 2122
1070 Lisboa
Tel.: +351 (21) 383 0826

Certame-Feiras, Exposições e Congressos Lda.
Tv. do Forte de São Pedro, 1
2780-600 Paço-de-Arcos
Tel.: +351 (21) 440 6200
Fax: +351 (21) 440 6209

Chimarrão Indústria Hoteleira S.A.
Praça do Chile, 8-A
1000-098 Lisboa
Tel.: +351 (21) 847 6567

Fax: +351 (21) 847 5949

Concórdia Engenharia Portugal Lda.
Rua D. Pedro V, 60 - 1º dto
1250-094 Lisboa
Tel.: +351 (21) 458 0684
Fax: +351 (21) 346 2708

Consultan Portuguesa- Mediadora e Imobiliária Lda.
Engº Luiz Frederico
Av. da Liberdade, 258 - 3º
1250-149 Lisboa
Tel.: +351 (21) 317 3880
Fax: +351 (21) 317 3899

Cpb - Cia. Petroquímica do Barreiro Lda.
Complexo Industrial do Barreiro
Apartado 31 - Lavradio
2836-908 - Lavradio
Tel.: +351 (21) 205 9500
Fax: +351 (21) 205-9529

Cultura, Artesanato e Turismo (Nordeste do Brasil)
Imp. e Exp. de artesanato e presentes em geral
Rua Luis Veiga Leitão, 116 - 6º Piso - loja 330
4050-339 Porto
Tel.: +351 (22) 609 2920
Fax: +351 (22) 617 7771

Difusão Cultural Soc. Editorial Livreira Lda
Rua Pinheiro Chagas, 27 - r/c
1050-175 Lisboa
Tel.: +351 (21) 317 3620
Fax: +351 (21) 352 8215

Distribuidora Delta Press
Tapada Nova - Caparota
Linhó



2714-504 Linhó
Tel.: +351 (21) 924 9940
Fax: +351 (21) 924 4173

Editora Globo – Revista Época
Rua A Gazeta de Oeiras, 2 – 1º B
2780-171 Oeiras
Tel.: +351 (21) 441 3024
Fax: +351 (21) 441 3032

Embraplan - Empresa de Planeamento E Projetos Lda.
Dr. João Antonio R. Ferreira Carvalho
Apartado 319
2751-904 Cascais
Tel.: +351 (21) 460 2432
Fax: +351 (21) 460 2413

Eurobraz Trading Lda.
Av. Almirante Reis, 113 - sala 707 – Ed. Planasa
1150-014 Lisboa
Tel: +351 (21) 353 4607
Fax: +351 (21) 353 4804

Eurocolace , Investimentos Imobiliários S.A.
Arqº Carlos Tojal
Vila Berta, 1A (Graça)
1170-400 Lisboa
Tel.: +351 (21) 887 5922
Fax: +351 (21) 888 1128

Evidência, Comunicação e Publicidade
Rua dos Salões, 181 - Alcoitão
2645-146 Alcabideche
Tel.: +351 21 460 3620
Fax: +351 21 460 3629

Exclusivo Mediadora Imobiliária S.A.
Rua do Vale do Pereiro, 16

1250-271 Lisboa
Tel.: +351 (21) 383 8910
Fax: +351 (21) 388 1515

GTA - Gabinete Técnico De Arquitetura E
Engenharia Lda.
Av. Manoel Júlio Carvalho e Costa, 15
2750-424 Cascais
Tel.: +351 (21) 484 7770
Fax: +351 (21) 484 7789

H. Stern Joalheiros S/A
Rua Sampaio Pina, 28 - 2º Esq.
1070-249 Lisboa
Tel.: +351 (21) 387 3550
Fax: +351 (21) 387 1162

Haco Etiquetas
Parque Industrial, 2 – lotes 11 a 13
6200 Covilhã
Tel.: +351 (275) 320 500
Fax: +351 (275) 320 501

Imobrás, Mobiliária Brasileira De Construções SA.
Rua Rodrigo da Fonseca, 206 - 5º Drt.
1070-245 Lisboa
Tel.: +351 (21) 388 3909
Fax: +351 (21) 383 1339

Invesplano, Promoção de Investimentos Imobiliários SA
1069-184 Lisboa
Tel.: +351 (21) 791 0130
Fax: +351 (21) 795 9582

Le Griffon do Brasil
1170-184 Lisboa
Tel/Fax: +351 (21) 814 4492



Portugal

■ Sumário

Marcopolo Indústria de Carrocerias
Estrada de Eiras
Apartado 8043
3020-199 Coimbra
Tel.: +351 (239) 431 856
Fax: +351 (239) 39 174

MTS - Moinhos de Trigo de Setúbal
Rua do Cruzeiro -Estrada dos Ciprestes
2900-339 Setúbal
Tel.: +351 (265) 522 312
Fax: +351 (265) 525 075

Orixás - Com. Imp. e Exp. Lda.
Av. Adriano Júlio Coelho, 7
2710-518 Sintra
Tel.: +351 (21) -924 1672
Fax: +351 (21) 924 1673

Papa Pura Sociedade Hoteleira Lda.
Av. Engº Duarte Pacheco, loja 3036 – 2º Piso
1070-103 Lisboa
Tel.: +351 (21) 387 1036
Celular: +351 932363611
Fax: +351 (21) 840 6972
E-mail: papapura@netcabo.pt;
minaspao@netcabo.pt; ruy.msantos@netcabo.pt

Pinerose – R.P.B.F – Restauração e Katering Lda.
Soltróia Beach Club
Estrada Nacional, km. 6 – Tróia - Comporta
7570 Grândola
Tel: +351 (265) 497 045
Fax: +351 (265) 497 049
Celular: +351 936450475

Pro.Motion Lda.
Rua dos Pinheiros, lote 1-B – 2º Esq.

2750-606 Cascais
Tel.: +351 (21) 482 7915
Fax: +351 (21) 482 7917

Proenco Portugal S.A.
Engº. Marco Antonio Herling
Av. Valbom, 17- 3º A
2750-508 Cascais
Tel.: +351 (21) 315 5681
Fax: +351 (21) 315 5466

QRC Sistema de Gestão, Comércio e Consultoria Ltda.
Av. de Moçambique, 14 1º esq.
2780-027 Oeiras
Tel.: +351 (21) 441 6327
Fax: +351 (21) 441 6351

Randon Ibérica Materiais para Transporte, Lda.
Estrada Nacional , 118 - Km 45,6
2130 Benavente
Tel.: +351 263-57320
Fax: +351 263-57321

RIOPART - Consultoria, Investimentos e Participações
Rua General Amílcar Mota 4-A
2950-212 Palmela
Tel.: +351 212332181
Fax: +351 212332468

SOMEC – Sociedade Metropolitana De Construção S.A.
Rua Andrade Corvo, 29 – 1º
1050-008 Lisboa
Tel.: +351 (21) 352 6564
Fax: +351 (21) 352 4297

Terra Brasilis - Arte Indígena
Travessa do Mar, 16
8600-633 Lagos



Tel.: +351 282-764033
Fax: +351 282-788585

Torrestrading , Comercio Internacional Lda.
Travessa do Açude Real Ent. 4 - 2º Drt.
2350 Torres Novas
Tel.: +351 (249) 812 764
Fax: +351 (249) 811 609

TV Recorte Banco de Imagens Produtora
Rua Mestre de Avis, 45 - r/c Drt
1495-014 Algés
Tel/Fax: +351 21-411.3677

Unitram
Rua Tierno Galvan, Torre 3 7º sala 709
1070-274 Lisboa
Tel.: +351 (21) 387 1267
Fax: +351 (21) 387 2980

ZAGOPE - Emp. Geral de Obras Pub.Ter. e Marítimas SA
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 4/7 andares
1700-213 Lisboa
Tel.: +351 (21) 843 2500
Fax: +351 (21) 843 2580

3. Câmaras de comércio

3.1 Em Portugal

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira
R. de São Marçal, 77
1249-030 Lisboa
Tel.: +351 (21) 342 7389
Fax: +351 (21) 342 4388

3.2. No Brasil

Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria no
Rio de Janeiro
Av. Graça Aranha, 1, 6.º andar, Centro
20030-042 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2533 4189
Email:camaraportuguesa-rj@camaraportuguesa-rj.com.br

Câmara Portuguesa de Comércio em São Paulo
Av. da Liberdade, 602 – 2º andar
01502-001 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3272 9872
Fax: (11) 3272 9872 ramal 24
E-mail: comercial@camaraportuguesa.com.br
Homepage: www.camaraportuguesa.com.br

ICEP – Delegação em São Paulo
R. Canadá, 324
01436-000 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3084 1830
Fax: (11) 3061 0595
Email: icep@dialdata.com.br
Homepage: www.icep.pt

Câmara Portuguesa do Rio Grande do Sul
Pç. D. Feliciano, 106
CEP 9020 - Rio Grande do Sul
Tel.: (51) 3226 6700
Fax.: (51) 32245767

4. Principais entidades de classe

Associação Industrial Portuguesa
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel.: +351 (21) 360 1000
Fax: +351 (21) 363 9047
Homepage: www.aip.pt



Associação Empresarial de Portugal
(ex-Associação Industrial Portuense)
Exponor
4450 Leça da Palmeira
Tel.: +351 229 981 661
Fax: +351 229 957 017
Homepage: www.aeportugal.pt

Associação Nacional de Jovens Empresários
Quinta de Santa Marta
Estrada da Circunvalação, 1495 -129 Algés
Tel.: +351 (21) 413 4660
Fax: +351 (21) 413 4663
E-mail: anjerlvt@anje.pt
Homepage: www.anje.pt

Associação Comercial de Lisboa
R. das Portas de Santo Antão, 89
1150 Lisboa
Tel.: +351 (21) 322 4050
Fax: +351 (21) 322 4051
Homepage: www.port-chambers.com

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
Avenida D. Vasco Gama, 29
1449-032 Lisboa
Tel.: +351 (21) 303 1380
Fax: +351 (21) 303 1401
E-mail: ccp.socinfo@mail.telepac.pt
Homepage: www.ccp.pt

Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário
R. Gonçalo Cristóvão, 96 - 1º
4000 Porto
Tel.: +351 (22) 205 7961
Fax: +351 (22) 205 0343
E-mail: aptv@mail.telepac.pt

Associação Portuguesa de Empresas de Publicidade e
Comunicação
R. Rodrigo da Fonseca, 204 - 4º D
1070-245 Lisboa
Tel.: +351 (21) 385 4672
Fax: +351 (21) 385 6518

5. Principais bancos

5.1. Bancos brasileiros em Portugal

Banco do Brasil S.A.
Praça Marquês de Pombal, 16-2
1200-134 Lisboa
Tel.: +351 (21) 358 5000
Fax: +351 (21) 314 3180

Banco Itaú Europa S.A. (escritório de representação)
Av. Tierno Galvan, torre 3 - 11º
1070-274 Lisboa
Tel.: +351 (21) 381 1000
Fax: +351 (21) 388 7219
E-mail: itaueuropa@mail.telepac.pt
Homepage: www.itaueuropa.pt

5.2. Outros bancos em Portugal

Caixa Geral de Depósitos
Av. João XXI, 63
1000-300 Lisboa
Tel.: +351 (21) 790 5000
Fax: +351 (21) 790 5049
Homepage: www.cgd.pt

Milleniumbcp
R. Augusta, 62 - 4º



1100 Lisboa
Tel.: +351 (21) 321 1000
Fax: +351 (21) 321 1129
Homepage: www.millenniumbcp.pt

Santander
R. do Ouro, 88 - 1º
1100 Lisboa
Tel.: +351 (21) 321 1500
Fax:: +351 (21) 321 3191
Homepage: www.bta.pt

Banco Espírito Santo
Av. da Liberdade, 195
1250 Lisboa
Tel.: +351 (21) 315 8331
Fax: +351 (21) 350 8915
Homepage: www.bes.pt

Banco Português de Investimento
R. Tenente Valadim, 284
4100 Porto
Tel.: +351 (22) 607 3100
Fax: +351 (22) 609 8787
E-mail: bpi001@mail.telepac.pt

6. Principais feiras e exposições

As principais feiras e exposições realizam-se em Lisboa e no Porto. Principais entidades organizadoras destes eventos, em cujas páginas de internet se poderão obter informações complementares às informações sobre as feiras anuais:

a) em Lisboa:

Associação Industrial Portuguesa
Departamento de Feiras e Exposições

Praça das Indústrias
Apartado 3200
1301 Lisboa Codex
Tel.: +351 (21) 360 1000
Fax.: +351 (21) 363 9047
Homepage: www.aip.pt

Calendário de Feiras (consultar informação atualizada no website)

b) no Porto:

Exponor - Feira Internacional do Porto
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 229 981 400
Fax: +351 229 957 499
Homepage: www.exponor.pt

Informações sobre o calendário anual e condições de participação oficial brasileira em feiras e exposições em Portugal podem também ser obtidas junto ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa ou, no Brasil, mediante consulta à:

Divisão de Feiras e Turismo - DFT
Ministério das Relações Exteriores
Espianada dos Ministérios, Bloco H, Anexo I, Sala 523
70170-900 Brasília - DF
Tel.: (61) 3411 8960
Fax.: (61) 3411 8957
E-mail: dft@mre.gov.br

7. Meios de comunicação

7.1. Principais jornais

Lisboa: Público; Diário de Notícias; Correio da Manhã; 24 Horas; Correio da Manhã; Expresso; Sol; Diário



Econômico; Semanário Económico; Semanário.
Porto: Jornal de Notícias.

7.2. Principais revistas

Econômicas: Exame, Fortuna, Valor
Gerais: Visão, Focus, Sábado
Sociedade: Caras, Olá, Nova Gente
Femininas: Cosmopolitan, Elle, Máxima, Mulher Moderna
Automóveis: Motor, Turbo, Auto Hoje

7.3. Canais de TV

- Rádio Televisão Portuguesa S.A. - RTP (canais 1 e 2)
- Sociedade Independente de Comunicação S.A. - SIC (canal 3)
- Televisão Independente S.A. - TVI (canal 4)
- Rede Record de Televisão Europa Ltda.

Edifício Entrepasto - Praça José Queiroz
Fracção 7 - Piso 4
Lisboa, Portugal
1800-237
Tel: +351 (21) 034 6000
E-mail: comercial@recordeuropa.com

7.4. Estações de rádio (nacionais)

- Rádio Renascença
- Rádio Comercial
- TSF Rádio Jornal S.A.
- Rádio Difusão Portuguesa (Antena 1, 2 e 3)

7.5. Principais agências de publicidade

EURO - RSCG Publicidade
Alameda dos Oceanos, Pavilhão das Exposições, Torre
Parque das Nações - 1990-223 Lisboa
Tel.: +351 (21)892 2600

Fax: +351 (21) 892 2600
E-mail: info@eurorscg.pt
Homepage: www.eurorscg.pt

Publicis - Publicidade
R. Gonçalves Zarco, 14
1499-013 Lisboa Codex
Tel.: +351 (21) 303 5100
Fax: +351 (21) 303 2200
E-mail: publicis@publicis.pt
Homepage: www.publicis.pt

Park Saatchi & Saatchi Portugal Publicidade Lda.
Rua Gonçalo Zarco 16-B
1400-191 Lisboa
Tel: +351 (21) 300 3000
Fax: +351 (21)303 2200
E-mail: marketing@saatchi.pt

McCann-Erickson Portugal
Rua Carlos A.M. Pinto 17/8º-9º
1070-046 Lisboa
Tel.: +351 (21) 751 7500
Fax: +351 (21) 751 7501
E-mail: rcosta@europe.mccann.com
Homepage: www.mccann.pt

Bates Portugal-Publicidade Marketing Lda.
Avenida 5 Outubro 35,8º - Lisboa
1069-026 Lisboa
Tel.: +351 (21) 317 2621
Fax: +351 (21) 354 3441
E-mail: batesp@bates.pt

8. Consultoria de marketing

Lisconsult



Avenida Elias Garcia n.º137 –7º
1050-099 Lisboa
Tel. :+351 (21) 780 3600
Fax: +351 (21) 794 0368
Email: geral@lisconsult.pt

Roland Berger & Partner - Consultores
Internacionais de Estratégia Empresarial
Av. Fontes Pereira de Melo, 51-4ºE
Edifício Monumental
1050-120 Lisboa
Tel.: +351 (21) 356 7600
Fax: +351 (21) 352 4360
E-mail: rolandberger@mail.telepac.pt

Metris-Métodos de Recolha e Investigação Social Lda.
Avenida Eng Arantes Oliveira 3,2º - 1900 Lisboa
Tel.: +351 (21) 843 2200
Fax: +351 (21) 846 1203
E-mail: info@metris.pt
Homepage: www.metris.pt

Euroteste-Marketing e Opinião SA
Rua Marquês da Fronteira 8 – 1º
1070-269 Lisboa
Tel.: +351 (21) 000 0200
Fax: +351 (21) 000 0290

A C Nielsen Quantum Portugal-Estudos de Mercado Lda.
Rua D. Filipa Vilhena 38 - Lisboa
1049-004 Lisboa
Tel: +351 (21) 781 1200
Fax: +351 (21) 781 1445
E-mail: acnp@mail.telepac.pt
Homepage: www.acnielsen.pt

9. Aquisição de documentação

Imprensa Nacional - Casa da Moeda
Avenida António J Almeida - Lisboa
1000 Lisboa
Tel.: +351 (21) 781 0700
Fax: +351 (21) 781 0732
E-mail: incm@incm.pt
Homepage: www.incm.pt

O anuário Estatísticas do Comércio Externo de Portugal pode ser adquirido no seguinte endereço:

Instituto Nacional de Estatística - INE
Av. António José de Almeida
1000 Lisboa
Tel.: +351 (21) 842 6100
Fax: +351 (21) 842 6380
Homepage: www.ine.pt

A Tarifa Aduaneira Portuguesa pode ser adquirida no seguinte endereço (e consultada gratuitamente em <http://pauta.dgaiec.min-financas.pt/pautaonline>):

Livraria Camões
(livraria da Imprensa Nacional – Casa da Moeda de Lisboa)
Rua Bittencourt Silva, 42
20040 – 000 Rio de Janeiro - RJ
Tel / Fax: (21) 2262-4776

10. Companhias de transporte para o Brasil

10.1. Marítimas

a) Brasileiras

De Lisboa saem navios de carga com destino aos portos



brasileiros de Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Santarém, Itacoatiara, Paranaguá, Rio Grande e Vitória.

Empresa de Navegação Aliança
Agente em Portugal:
ASECO - Agência Marítima de Contentores, Ltda.
Rua D. Luís I, 19 - 3ºR
1200 Lisboa
Tel.: +351 (21) 397 9031
Fax: +351 (21) 397 3862
E-mail: asecolei@mail.telepac.pt

Hamburgo Sud
Agente em Portugal:
NAVEX - Empresa Portuguesa de Navegação S.A.
Largo Corpo Santo 21 - 2º
1249 002 Lisboa
Tel.: +351 (21) 322 6338
Fax: +351 (21) 322 6310

b) Portuguesas / internacionais

De Lisboa saem, semanalmente, vagões com destino a Bilbao (Espanha), de onde saem navios de carga com destino aos portos brasileiros de Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Rio Grande e Itajaí. A Maersk possui também um serviço semanal para o Brasil.

Pinto Basto Navegação SA
Avenida 24 Julho 1,1º - Lisboa
1200-478 Lisboa
Tel.: +351 (21) 323 0400
Fax: +351 (21) 347 1231
E-mail: lisboa@pintobasto.com

Agente geral no Brasil:

Navibrás, Comercial, Marítima e Afretamentos, Ltda

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, 13º, conj.132
0458-903 São Paulo - SP
Tel.: (11) 829 5511
Fax: (11) 829 0343
Telex: (11) 30813 NAVB BR

Maersk Portugal-Transportes Internacionais Lda.
Av. D. João II 1.16.05-L 11º
1990-083 Lisboa
Tel.: +351 (21) 898 0200
Fax: +351 (21) 898 0231
E-mail: porsal@maersk.com
Homepage: www.maersk.com

10.2. Aéreas

A TAP Air Portugal realiza vôos diários e diretos com destino a Lisboa e Porto. A TAP possui agências nas principais cidades brasileiras e opera vôos diários para o Brasil.

Tap Air Portugal
Rua Aeroporto Lisboa - Lisboa
1700 Lisboa
Tel.: +351 (21) 841 5000
Fax: +351 (21) 841 5095
E-mail: info@tap.pt
Homepage: www.tap-airportugal.pt

11. Supervisão de embarques

SGS de Portugal Sociedade Geral de Superintendência Lda.
Doca Leixões Doca 2-N - L Palmeira
4450 Matosinhos
Tel.: +351 229 964 486
Fax: +351 229 963 840
E-mail: sgs.portugal@sgsgroup.com



Homepage: www.sgs.pt

SGS do Brasil
Av. das Nações Unidas, 11633, 4º andar, Brooklyn
CEP 04578-000, São Paulo SP
Tel.: (11) 5505 1585
Fax: (11) 5505 1569
E-mail: sgs.brasil@sgsgroup.com

CARMAC - Representação e Tramitação Aduaneira, Lda.
(despachante)
R. da Manutenção, 17 - 1º Esq.
1900 -318 Lisboa
Tel.: +351 (21) 8686 831/2
Fax.: +351 (21) 868 7104

II - FRETES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL

1. Informações sobre fretes

1.1. Marítimos

Para informações específicas e atualizadas sobre fretes marítimos Brasil-Portugal, os empresários brasileiros interessados deverão consultar, no Brasil, as empresas de transportes marítimos relacionadas no anexo I, item 10.

1.2. Aéreos

Igualmente se sugere consultar, as empresas respectivas listadas neste documento.

2. Tarifas das comunicações para o Brasil

2.1. Telefone

Com a recente liberalização da telefonia fixa, diversos operadores apresentam preços competitivos e promoções temporárias. Alguns dos principais operadores são Portugal Telecom, TMN, Optimus, Vodafone, Rede 4 e ONI. A Autoridade Nacional de Comunicações disponibiliza um "Observatório de Tarifários" de comunicações móveis em www.anacom.pt, permitindo comparar preços de chamadas para diferentes perfis de utilização.

2.2. Telegramas

A empresa de correios (CTT) substituiu o telegrama e o telex pelo "Corfax", serviço público de telecópia, que permite a reprodução à distância de qualquer documento manuscrito ou impresso. O documento tanto poderá ser uma mensagem particular, como um gráfico ou uma fotografia. Segundo a empresa, trata-se de um serviço que substitui, com vantagem, quer o



telegrama (personalização e economia no preço das mensagens, especialmente nas internacionais), quer o telex (não precisa de digitação). Mais informações em www.ctt.pt

2.3. Fax

A tarifa é idêntica à das comunicações telefônicas.

2.4. Correspondência postal

Para assegurar que a correspondência comercial postal chegue a seu destino, será conveniente que o exportador brasileiro remeta a carta registrada com aviso de recepção.

A correspondência postal aérea destinada ao Brasil demora cerca de cinco dias úteis a chegar e a tarifa aplicável dependerá do peso.

As encomendas demoram a chegar ao destino (fora da União Européia), de 7 a 10 dias úteis, conforme sejam remetidas por via aérea (correio prioritário) ou marítima (correio econômico), respectivamente. As tarifas aplicáveis à correspondência postal poderão ser consultadas em www.ctt.pt.

2.5. Compras via internet

Os Correios do Brasil, os CTT (Correios de Portugal), e o Banco do Brasil estabeleceram um protocolo que permite a aquisição de produtos brasileiros via Internet e acompanhar o percurso das encomendas desde o Brasil até Portugal. Os produtos disponíveis no âmbito deste acordo (relativos a seis mil empresas brasileiras distribuídos por 72 categorias distintas, onde se incluem equipamentos informáticos, relógios, ingredientes culinários ou produtos desportivos, comercializados) estão acessíveis através do site www.bb.com.br/comex (balcão de comércio exterior do Banco do Brasil) onde será possível conhecer as cerca de seis mil empresas brasileiras que integram este acordo.

III - INFORMAÇÕES SOBRE SGP

Dada a extensão da lista de produtos beneficiados pelo Sistema Geral de Preferência (SGP), em Portugal, bem como as alterações periódicas a que está sujeita, recomenda-se aos empresários brasileiros interessados dirigir consulta específica a um dos seguintes órgãos (vide Anexo I, item I):

- 1) Divisão de Informação Comercial (DIC) do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília;
- 2) Divisão de Acesso a Mercados (DACCESS), do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.
- 3) Departamento de Negociações Internacionais - DEINT da SECEX/MICT, no Rio de Janeiro;
- 4) Escritório Comercial da Embaixada de Portugal em Brasília;
- 5) Câmara de Comércio Luso-Brasileira, no Rio de Janeiro;
- 6) CNI, FIESP e AEB;
- 7) Entidades de Classe.



IV- INFORMAÇÕES PRÁTICAS

1. Moeda

1 euro equivale a 100 cêntimos. Circulam notas de 500, 200, 100, 50, 20, 10, 5, convém no entanto salientar que não circulam em grande número as notas de 500 e 200 euros em território português. Cotação fixa e irrevogável face ao euro: 1 euro = 200,482 escudos

2. Pesos e medidas

Portugal utiliza o sistema métrico decimal.

3. Feriados

Em Portugal, existem os seguintes feriados: Ano Novo; Carnaval, Sexta-feira Santa; Dia da Liberdade (25 de Abril); Dia do Trabalhador; Dia de Portugal (10 de Junho); Corpus Christi; Assunção de Nossa Senhora (15 de Agosto); Implantação da República (5 de Outubro); Dia de Todos os Santos (1º de Novembro); Restauração da Independência (1º de Dezembro), Dia de Nossa Senhora (8 de Dezembro) e Natal. Além desses, há os feriados municipais, entre eles, Lisboa (13 de Junho) e Porto (24 de Junho).

4. Fuso horário

De outubro a maio há diferença de duas horas a mais em relação a Brasília; de junho a setembro (horário de verão), a diferença passa a ser de quatro horas.

5. Horário comercial

Geralmente, os escritórios e fábricas funcionam cinco dias por semana, com 8 horas de trabalho diário. Os bancos funcionam das 8h30 às 15h, exceto aqueles que funcionam em grandes superfícies comerciais, esses fecham às 18h. O comércio abre diariamente das 9h30 às 19h, eventualmente com intervalo para almoço (de 13h às 14h ou 15h) e, aos sábados, de 9h às 13h. Nos centros comerciais, porém, o horário estende-se até às 23h ou 24h, incluindo fins de semana e feriados.

6. Corrente elétrica

A corrente elétrica é, em todo o continente e regiões autônomas da Madeira e Açores, de 220 volts e 50 ciclos.

7. Períodos recomendados para viagens

O período recomendado para viagens é de outubro a junho. O período de junho a setembro deve ser evitado, já que corresponde aos meses tradicionais de férias de verão, tornando-se mais difícil tratar de negócios.

Além disso, é mais dispendioso e custoso para conseguir acomodações. De qualquer forma, antes de empreender a sua viagem, é conveniente informar-se sobre a situação geral do mercado.

8. Visto de entrada

Não é exigido visto em passaporte brasileiro para uma permanência de três meses, prorrogáveis por idêntico período, seja para os que viajam a negócios ou a passeio.



9. Vacinas

Para brasileiros, não há exigência de qualquer vacina.

10. Câmbio

Não existem restrições cambiais em Portugal. O câmbio pode ser realizado livremente nas casas e bancos autorizados.

11. Hotéis

Tratando-se de país de língua comum, orientações mais precisas podem ser facilmente obtidas junto a agências de turismo e companhias aéreas.

Park Atlantic Le Meridien Lisboa *****
Rua Castilho, 149
1099-034 Lisboa Codex
Tel.: +351 (21) 381 8700
Fax: +351 (21) 389 0505
E-mail: reservas.lisboa@lemeridien.pt

Hotel da Lapa *****
Rua do Pau da Bandeira, 4
1200 Lisboa
Tel.: +351 (21) 395 0005
Fax.: +351 (21) 395 0665

Hotel Fénix ****
Praça Marquês de Pombal, 8
1269-133 Lisboa
Tel.: +351 (21) 386 2121
Fax.: +351 (21) 386 0131
E-mail: h.fenix@ip.pt

Hotel Lisboa Plaza ****
Travessa do Salitre, 7, 1250 Lisboa
Tel.: +351 (21) 346 3922
Fax.: +351 (21) 347 1630

Hotel Veneza Lisboa ***
Av. da Liberdade, 189
1250 Lisboa
Tel. +351 (21) 352 2618
Fax.: +351 (21) 352 6678

Hotel Dom Carlos ***
Av. Duque de Loulé, 121
1050 Lisboa
Tel.: +351 (21) 353 9070
Fax.: +351 (21) 352 0728

Hotel Ritz *****
Rua Rodrigo da Fonseca, 88,
1099-039, Lisboa
Tel.: +351 (21) 381-1400
Fax. : +351 (21) 383-1783
Homepage: www.hotelritz.pt

Hotel Sheraton Porto *****
Avenida da Boavista, 1269
4150 Porto
Tel.: +351 (22) 606 8822
Fax.: +351 (22) 609 1467

Hotel Mercure Batalha Porto ****
Praça da Batalha, 116
4000 Porto
Tel.: +351 (22) 200 0571
Fax.: +351 (22) 200 2468



Grande Hotel do Porto ***
Rua de Santa Catarina, 197
4000 Porto
Tel.: +351 (22) 200 8176
Fax.: +351 (22) 311 061

Hotel Quinta das Lágrimas ****
Quinta das Lágrimas - Santa Clara
3040 Coimbra
Tel.: +351 (23) 944 1615
Fax.: +351 (23) 944 1695

Hotel Astória ***
Av. Emídio Navarro, 21
3000 Coimbra
Tel.: +351 (23) 922 055/6
Fax.: +351 (23) 922 057



BIBLIOGRAFIA

Para elaboração do presente estudo recorreu-se a informações fornecidas por diversos organismos, quer através das respectivas páginas oficiais na internet (Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, Ministério da Agricultura, INE, ICEP, Banco de Portugal, OECD), quer através de publicações.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de Promoção Comercial
Divisão de Informação Comercial
Brasília, 2007

Coleção: Estudos e Documentos de Comércio Exterior

Série: Como Exportar

CEX: 143

Elaboração: Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial - DPR
Divisão de Informação Comercial - DIC
Embaixada do Brasil em Lisboa
Setor de Promoção Comercial - SECOM

Coordenação: Divisão de Informação Comercial

Distribuição: Divisão de Informação Comercial

Os termos e apresentação de matérias contidas na presente publicação não traduzem expressão de opinião por parte do MRE sobre o "status" jurídico de quaisquer países, territórios, cidades ou áreas geográficas e de suas fronteiras ou limites. Os termos "desenvolvidos" e "em desenvolvimento", empregados em relação a países ou áreas geográficas, não implicam tomada de posição oficial por parte do MRE.

Direitos reservados.

O DPR, que é titular exclusivo dos direitos de autor (*), permite sua reprodução parcial, desde que a fonte seja devidamente citada.

(*) Este guia foi registrado no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional (ISBN 978-85-98712-89-5)